

Sumário

Número de notícias: 33 | Número de veículos: 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Mudanças no Imposto de Renda trazem perda de receita e elevam desigualdade, diz estudo 4

MEIO NORTE - TERESINA - PI - RESUMO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita antecipa liberação do programa gerador do IR 5

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Como baixar app do Imposto de Renda 6

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2023: abono, alíquota e dedução; entenda os termos 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF começa a julgar validade de multa de 50% nas compensações de crédito tributário 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

TCU dá 15 dias para Bolsonaro explicar como recebeu joias 12

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bento pede para adiar depoimento sobre joias 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Fiscalização é pessoal" diz servidor que travou pressão 14

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Auditores denunciam ex-chefe da Receita 15

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Corregedor da Receita pede demissão após pressões 16

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo tenta antecipar saída de ex-chefe da Receita do BNDES 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A importância da estabilidade - ROBERTO FONSECA 19

MEIO NORTE - TERESINA - PI - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Estabilidade do servidor público nos livra de falcatruas - BRASIL NA PAUTA 20

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Jogo por apoio dentro do Congresso Nacional 21

Sexta-Feira, 10 de Março de 2023

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária prevê devolução aos mais pobres..... 22

ZERO HORA - PORTO ALEGRE - RS - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A pauta no congresso (Artigo)..... 23

O POPULAR - GO - ECONOMIA
ECONOMIA

BC prevê impacto mais severo com desconfiança sobre o regime fiscal..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidente discute relatoria do Orçamento com Lira..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Qual o desenho ideal da regra fiscal? (Artigo)..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Novo arcabouço vai agradar ao mercado, afirma Tebet..... 29

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Só análise técnica deve determinar queda de juros (Editorial)..... 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

A Selic já pode cair - ANDRÉ RONCAGLIA..... 32

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Recorde de R\$ 279 bi em tributos..... 33

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Repasse do FPM indica tendência de receita menor..... 34

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Marcha dos prefeitos vai debater novo FPM..... 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Aumentam as críticas à taxa de exportações..... 36

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inadimplência atinge 70,1 mi no País..... 37

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL
ECONOMIA

Brasileiro troca almoço por salgado para economizar..... 38

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Brasil abre 83,3 mil vagas com carteira assinada..... 39

A GAZETA - MT - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Filhos de vítimas terão pensão..... 40

Sexta-Feira, 10 de Março de 2023

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - GERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova pensão especial para filhos de vítimas de feminicídio 41

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA/INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden propõe mais tributação para bilionários 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden propõe elevar imposto dos mais ricos 43

Mudanças no Imposto de Renda trazem perda de receita e elevam desigualdade, diz estudo

Fernando Canzian

As principais alternativas em estudo para mudanças na tabela do Imposto de Renda devem impor perdas de arrecadação ao governo federal. Sem mecanismos de mitigação, elas também podem aumentar a desigualdade de renda no país.

Trabalho do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made), da Universidade de São Paulo, considerou as três principais hipóteses recentemente discutidas para o IR e seus efeitos sobre a arrecadação e o índice Gini -medida de desigualdade de 0 a 1; em que quanto mais perto de 1, mais desigual.

A proposta atual do governo de aumentar a faixa de isenção para R\$ 2.112,00 mensais, sendo permitida dedução simplificada de R\$ 568,00 (o que equivaleria a uma faixa até dois salários mínimos), levaria a perda de receitas de R\$ 4 bilhões.

Se a opção fosse corrigir a tabela pela **inflação** acumulada, aumentando a faixa de isenção para R\$ 2.773,36, a perda saltaria a R\$ 45,9 bilhões.

Na campanha eleitoral, o presidente Lula havia prometido isentar do IR rendimentos até R\$ 5.000, e há projeto de lei do Congresso (PL 2.140/22) que eleva a faixa de isenção para R\$ 5.200. Neste caso, a perda de arrecadação passaria a R\$ 90 bilhões.

Nas três hipóteses haveria aumento do índice de Gini, pois os declarantes de IR no país normalmente são mais ricos -no Brasil, cerca de 40% dos ocupados são informais. Assim, qualquer aumento na faixa de isenção acaba beneficiando os mais ricos.

Na declaração deste ano, tendo como ano-base 2022, rendimentos até R\$ 1.903,98 estão isentos.

Como exercício para mitigar os efeitos da perda de arrecadação e do aumento da desigualdade, os autores do estudo do Made Ana Bottega, Luiza Nassif Pires e Pedro Forquesato simularam hipóteses em que a **Receita Federal** adotaria uma alíquota de 35% incidente sobre o 1% mais rico no país e outra de 15%

sobre lucros e dividendos da pessoa física.

Aplicadas às duas primeiras propostas, as alíquotas produziram aumento de arrecadação de R\$ 42 bilhões e R\$ 102,9 milhões, respectivamente. No caso da isenção até R\$ 5.200, as alíquotas seriam insuficientes para reverter o efeito negativo da reforma na arrecadação -ainda assim, haveria perda de R\$ 46,3 bilhões.

O Made ressalta que apenas adicionando uma alíquota de 35% para o 1% mais rico (sem o imposto sobre lucros e dividendos) não é possível mitigar o efeito negativo na arrecadação em nenhuma das propostas.

Segundo planejamento do Ministério da Fazenda, o governo deverá retomar as discussões sobre a reforma no IR no segundo semestre do ano -depois de tentar aprovar a **reforma tributária** nestes primeiros meses de 2023.

Outro trabalho da USP, do Centro de Estudos da Metrópole, mostrou recentemente que, entre 1989 e 2020, os parlamentares propuseram ou analisaram 4.841 projetos, medidas provisórias ou propostas de emenda à Constituição na área tributária.

Só 5% (247) das proposições foram progressivas, no sentido de tributar as camadas mais ricas ou aliviar as mais pobres (como na isenção a produtos da cesta básica). Assim, a maioria das medidas também foi no sentido do aumento da desigualdade de renda.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50211&maxTouch=0>

Receita antecipa liberação do programa gerador do IR

Com uma semana de antecedência em relação ao previsto, a **Receita Federal** liberou nesta quinta-feira (9) o programa gerador da declaração deste ano (ano-base 2022). Originalmente, a liberação do programa estava prevista para 15 de março, primeiro dia de entrega da declaração, mas foi antecipada para que o contribuinte tenha mais tempo de se organizar.

O programa gerador poderá ser baixado no site da **Receita Federal**, pelo Centro Virtual de Atendimento a Contribuintes (e-CAC), ou pelo aplicativo Meu Imposto de Renda, disponível para tablets e celulares dos sistemas Android e iOS.

O prazo de entrega da declaração não foi alterado e continuará de 15 de março a 31 de maio. O que mudará é que o contribuinte poderá adiantar-se e deixar a declaração salva, dias antes de transmitir à Receita. Em nota, a Receita explicou que a antecipação do programa gerador também ajudará a evitar congestionamentos que costumam ocorrer no primeiro dia de entrega da declaração, quando todo mundo baixa o programa ao mesmo tempo.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20230310#page/>

Como baixar app do Imposto de Renda

Cristiane Gercina São Paulo, SP FOLHAPRESS

ECONOMIA

A **Receita Federal** antecipou a liberação do Programa Gerador da Declaração (PGD) do Imposto de Renda 2023. Desde a manhã de ontem, os contribuintes já faziam o download do programa que será usado para declarar o IR. O PGD é utilizado para preencher e entregar o documento de prestação de contas. Ele está disponível para computadores, tablets e celulares. A declaração pré-preenchida, porém, só estará disponível a partir de 15 de março, quando começa o prazo de declarar o IR. A entrega das declarações vai até 31 de maio. São esperadas entre 38,5 e 39,5 milhões de declarações. Em 2022, o fisco recebeu mais de 36 milhões de declarações, acima da previsão inicial de 34,4 milhões.

A tabela do IR não é atualizada desde 2016 - a última correção foi em 2015 - e, portanto, estão vigentes os mesmos valores de rendimentos tributáveis de 2022. O contribuinte que recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2022, como salário e aposentadoria, está obrigado a declarar o IR.

A regra que obriga a declarar o IR por ter feito operações na Bolsa de Valores mudou. Antes, qualquer contribuinte que tivesse comprado ou vendido ações no ano anterior era obrigado a declarar, independentemente do valor. Agora, o envio só é obrigatório se o investidor vendeu ações cuja soma superou, no total, R\$ 40 mil ou se ele obteve lucro com a venda de ações em 2022, sujeito à cobrança do IR.

Pessoas com deficiência e idosos seguem como prioridade na restituição

Estão mantidas as prioridades para o pagamento da restituição previstas na lei: contribuintes idosos, pessoas com deficiência ou doença grave e os que vivem do magistério. A Receita incluiu nessa lista os contribuintes que optarem por receber por Pix e os que utilizarem a declaração pré-preenchida.

Para receber antes, no entanto, a chave Pix precisa ser o CPF do contribuinte. Não serão aceitas outras chaves, segundo afirmou José Carlos Fonseca, responsável pelo programa do Imposto de Renda 2023, em entrevista na sede da Receita em Brasília (DF), na manhã da última segunda-feira (6).

A avaliação da Receita é que, ao escolher o

recebimento por Pix, evita-se erros na digitação de dados bancários, como número do banco, agência e conta.

OBRIGATORIEDADE

QUEM TEM DE DECLARAR

É obrigado a declarar o IR neste ano o contribuinte que, em 2022:

Recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70, o que inclui salário, aposentadoria e pensão do **INSS** ou de órgãos públicos. Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte (como rendimento de poupança ou FGTS) acima de R\$40 mil

Teve ganho de capital (ou seja, lucro) na alienação (transferência de propriedade) de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto; é o caso, por exemplo, da venda de carro com valor maior do que o pago na compra

Teve isenção do IR sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias. Realizou vendas na Bolsa de Valores que, no total, superaram R\$ 40 mil, inclusive se isentas.

E quem obteve lucro com a venda de ações, sujeitos à incidência do imposto. Valores até R\$ 20 mil são isentos. Tinha, em 31 de dezembro, posse ou propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$300 mil. Obteve receita bruta na atividade rural em valor superior a R\$142.798,50

Quer compensar prejuízos da atividade rural de 2022 ou anos anteriores. Passou a morar no Brasil em 2022 e encontrava-se nessa condição em 31 de dezembro

PELO COMPUTADOR

1. Acesse o site receita.go.gov.br. Na página inicial clique em "Imposto de Renda", no terceiro quadro à direita

2. Em "Serviços", vá em "Baixar programa do imposto de renda"

3. Na página seguinte, clique em "Baixar programa" se o seu computador tiver a versão Windows; caso contrário, escolha a versão nos quadros abaixo

3. Aparecerá, do lado esquerdo da tela, o ícone IRPF 2023 e outras informações sobre aversão do programa; clique sobre ele

6. O programa começará a ser baixado; não aperte nenhuma tecla

7. Selecione onde o programa será baixado e vá em "Avançar"

8. Clique em "Avançar" novamente para criar ícone na área de trabalho

9. Aparecerá a mensagem de que a instalação foi concluída, vá em "Terminar"

10 PGD do IR 2023 aparecerá na tela inicial do computador

PELO CELULAR OUTABLET

1. Acesse a loja de aplicativos do seu celular

2. Na busca, procure por "Meu Imposto de Renda"

3. Aparecerá a versão com o logotipo do IRPF

4. Peça para baixar, caso ainda não tenha, ou para atualizar, caso já possua o aplicativo em seu celular ou tablet

Depois, vá em "Abrir"

6. Para acessar, é preciso ter conta Gov.br

7. Informe o CPF e a senha e clique em "Autorizar"

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2406#book/55>

Imposto de Renda 2023: abono, alíquota e dedução; entenda os termos

Por g1

A **Receita Federal** liberou na quinta-feira (9) o download do programa para a declaração do Imposto de Renda 2023. O prazo para entrega começará na próxima quarta-feira (15) e vai até 31 de maio.

SAIBA TUDO SOBRE O IMPOSTO DE RENDA

Confira no glossário do g1 as descrições dos termos mais comuns:

Abono pecuniário: É a opção que o trabalhador tem de converter, em pagamento, dez dias do seu período de férias.
Acréscimo patrimonial: É o aumento de riqueza justificado pela renda de determinado indivíduo ou contribuinte.
Alienação: É a transferência de um bem ou direito para o nome de uma outra pessoa.
Alienação de bens e direitos: É caracterizada como compra e venda, permuta, desapropriação, doação em pagamento, doação, promessa de compra e venda, cessão de direitos ou promessa de cessão de direitos e contratos afins.
Alienação de moeda estrangeira: São operações de alienação feitas em moeda de outro país. Os ganhos em reais obtidos na alienação estão sujeitos à tributação definitiva.
Alimentandos: São filhos de pais divorciados, separados judicialmente ou por escritura pública, que recebem pensão alimentícia.
Alíquota: Em direito tributário, alíquota é o percentual ou valor fixo que será aplicado sobre a base de cálculo para apurar o valor de um tributo.
Ano-calendário: É o ano anterior ao ano vigente. Se estamos em 2023, o ano-calendário será o de 2022.
Aplicação financeira: É o valor depositado em uma instituição financeira com a finalidade de obter rendimento.
Atividade rural: Agricultura, pecuária, extração e exploração vegetal e animal, atividades zootécnicas, pesca ou produtos utilizando matéria-prima da área explorada como produção de queijo.
Base de cálculo: No direito tributário, base de cálculo é a grandeza econômica sobre a qual se aplica a alíquota para calcular a quantia de imposto a pagar.
Bens e Direitos: Imóvel, carro, moto, direito autoral de música ou patente de inovação tecnológica, por exemplo.
Bens imóveis: Casa, terreno, sala, galpão, loja, apartamento, prédio, por exemplo, em zona urbana ou rural.
Bens móveis: Que podem ser transportados, como carro, moto, avião, barco, obra de arte e joias.
Carnê-Leão: É o imposto mensal obrigatório para a pessoa física que reside no país e

recebe rendimentos de outra pessoa física ou do exterior, quando não tributados na fonte no Brasil. Os perfis mais comuns que se enquadram no Carnê-Leão são, por exemplo, profissionais liberais, autônomos, locadores e pensionistas.
CNPJ: O Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é um número único que identifica uma pessoa jurídica junto à **Receita Federal**.
Comprovante de rendimento: É o documento com o qual uma pessoa comprova que possui rendimentos.
Contribuição patronal: É o pagamento efetuado pelo empregador para a **Previdência Social**, incidente sobre o valor da remuneração do empregado.
Contribuinte: É o sujeito passivo de uma obrigação tributária. Em termos comuns, é aquele que deve, por previsão legal, pagar **tributos** ao Fisco.
Contribuinte incapaz: São as pessoas que não podem praticar pessoalmente os atos ou negócios jurídicos. Neste caso, a declaração fica a cargo do tutor ou responsável pela guarda judicial do incapaz.
Contribuinte menor emancipado: É aquele contribuinte que, mesmo sem ter atingido os 18 anos de idade, tem direitos e deveres de um cidadão maior de idade.
Crédito tributário: No direito tributário, é o vínculo jurídico que obriga o contribuinte ou responsável (sujeito passivo) ao Estado (sujeito ativo) ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária.
Darf: Documento de Arrecadação de Receitas Federais é o documento utilizado pelas pessoas físicas e jurídicas para pagamentos de **impostos**, contribuições e taxas para a **Receita Federal**.
Day Trade: Operação em que uma ação é comprada e vendida no mesmo dia.
Declaração de Ajuste Anual do IRPF: É o nome completo da declaração do Imposto de Renda. Trata-se do documento que a pessoa física entrega à **Receita Federal do Brasil**.
Declaração usando os descontos legais: É o tipo de declaração do IRPF que permite abater determinadas despesas do Imposto de Renda. É ideal para quem tem deduções que superam 20% dos rendimentos anuais.
Declaração conjunta: É a declaração apresentada em nome de um dos cônjuges, abrangendo todos os rendimentos do casal. Pelas regras da Receita, essa declaração é válida para as pessoas oficialmente casadas, que estão em uma união estável por, no mínimo, cinco anos, ou que possuem um filho em comum, mesmo que não sejam oficialmente casados.
Declaração de bens e direitos: É a parte da declaração de ajuste anual, onde são relacionados detalhadamente os bens imóveis, móveis e direitos que faziam parte do patrimônio em 31 de

dezembro do ano-calendário. Declaração retificadora: A declaração retificadora é o instrumento que a pessoa física envia a **Receita Federal do Brasil** para substituir a declaração de ajuste anual entregue com incorreções. Declaração com o desconto simplificado: É a declaração que implica a substituição das deduções previstas na **legislação tributária** pelo desconto de 20% do valor dos rendimentos tributáveis na declaração. Dedução: Ação de deduzir; subtrair; diminuir; abater. No caso do IR, pode-se deduzir despesas que diminuem a base de cálculo do imposto devido. Dedução de incentivo: É o desconto efetuado do imposto devido, limitado a 6%, referente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, incentivo à cultura, à atividade Audiovisual e ao desporto. E mais 2%, sendo 1% ao Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD) e 1% ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon). Dedutibilidade: A ação de poder deduzir a despesa que reduz a base de cálculo do Imposto de Renda. Dependente: Pessoa que não dispõe de recursos para promover a sua subsistência e que vive às custas de outra. Na declaração do IR é informada como dependente de quem a mantenha. Dívidas e ônus reais: Dívida ou empréstimo que o contribuinte tem no país ou no exterior, contraídos de pessoa física ou jurídica. Doação: É o contrato, gratuito e formal, em que uma pessoa, por sua própria vontade, transfere bens ou vantagens do seu nome para outra pessoa. Emolumento: Emolumento é o rendimento de um cargo, além do ordenado fixo. Espólio: Bens que alguém deixou ao morrer. É o total dos bens e direitos que pertenciam ao falecido. Evolução patrimonial: São todas as alterações sofridas pelo patrimônio na sua composição qualitativa e/ou quantitativa. Exigibilidade suspensa: Disputa na Justiça em que o pagamento de IR é feito por depósito judicial. FGTS: É o fundo criado em 1967 pelo governo federal para proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho. Fonte pagadora: Fonte pagadora é a pessoa física ou jurídica que efetuou o pagamento de rendimentos ao contribuinte. Ganho de capital: É a diferença positiva entre o valor da venda de um bem ou direito e o valor pelo qual ele foi adquirido. Honorário: É a remuneração de quem exerce uma profissão liberal: advogado, médico etc. Imposto a pagar: É a diferença positiva entre o imposto apurado e o imposto pago. Imposto a restituir: É a diferença negativa entre o imposto apurado e o imposto pago. Imposto complementar: É o recolhimento de Imposto de Renda facultativo que o contribuinte pode antecipar até o mês de dezembro do ano-calendário, quando tenha recebidos rendimentos de mais de uma fonte pagadora. Imposto devido: É o valor do imposto apurado antes da compensação do imposto retido na fonte e pago pelo carnê-leão. Imposto de renda retido

na fonte: É o imposto que é descontado dos rendimentos do contribuinte pela fonte pagadora. **INSS**: É uma autarquia do governo federal que recebe as contribuições para a manutenção do regime geral da **Previdência Social**, sendo responsável pelo pagamento da aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença etc. Inventariante: É a pessoa que administra os bens de um falecido enquanto a partilha dos bens não é julgada. Isenção de Imposto de Renda: É a dispensa do pagamento do imposto em casos que são garantidos por lei. Isento do Imposto de Renda: É aquele desobrigado, dispensado ou eximido do pagamento do imposto. Legatário: É a pessoa beneficiada pelo testamento de um falecido. Limite de dedução: É o teto aquele fixado por lei para limitar as deduções que reduzem a base de cálculo do imposto. Livro caixa: É o livro no qual o contribuinte pode deduzir da receita decorrente do exercício da atividade as despesas permitidas, ou seja, as despesas necessárias para exercer a atividade. Natureza da ocupação: É a espécie de atividade que determinado indivíduo exerce: serviço ou trabalho, seja manual ou intelectual. Numerário: Moeda, dinheiro efetivo. A quantia ou soma em dinheiro que uma pessoa tem no caixa. Ocupação principal: É a atividade principal exercida por determinado indivíduo, seja trabalho manual ou intelectual. Ônus real: É uma obrigação que limita o usufruto e a disposição da propriedade, e que recai sobre coisas móveis ou imóveis, por força de direitos reais sobre coisas alheias. Participação societária: Posse de cotas ou ações de uma empresa. Pensão alimentícia: É a quantia fixada pelo juiz ou escritura pública que deve ser atendida pelo responsável, para manutenção dos filhos e ou do outro cônjuge. Permuta: É o ato no qual os contratantes trocam ou cambiam entre si coisas de sua propriedade. Pessoa física: Homem ou mulher ao qual se atribuem direitos e obrigações. Pessoa jurídica: Conjunto de normas de proteção e defesa do trabalhador ou do funcionário, mediante aposentadoria, amparo nas doenças, montepios, etc. Previdência privada: Previdência privada, também chamada de **previdência complementar**, é uma forma de seguro contratado para garantir uma renda futura ao comprador ou seu beneficiário. Pró-labore: Expressão latina que significa pelo trabalho; remuneração do trabalho realizado por sócio, gerente ou administradores de uma empresa. Recibo da declaração: É o documento que comprova a efetiva entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. Rendimento: É o total recebido, durante certo período, como remuneração de trabalho ou de prestação de serviços, ou como lucro de transações comerciais ou financeiras de investimentos de capital etc. Rendimento bruto: Todo o produto do capital do trabalho, alimentos e pensões percebidos em dinheiro; proventos de qualquer natureza. Rendimento próprio: É a remuneração

recebida no próprio nome de determinado indivíduo/contribuinte. Rendimento isento: É aquele que não sofre a cobrança do imposto de renda, pois têm isenção garantida por lei. Rendimento não-tributável: É o mesmo que rendimento isento. Rendimentos recebidos acumuladamente: Rendimentos que o contribuinte ganhou de uma só vez, após esperar por longo tempo. Exemplos: aposentadoria, pensão, precatórios e transferência para a reserva remunerada. Rendimento tributável: É o proveniente do trabalho assalariado; remunerações por trabalho prestado no exercício de emprego, cargos e funções, e quaisquer proventos ou vantagens percebidos, aluguéis, juros etc. Rendimento tributável exclusivamente na fonte: Rendas que têm tributação de IR no momento do recebimento. Tributação exclusiva/definitiva: É quando o imposto sobre a renda retido na fonte não pode ser compensado na declaração anual. União estável: É aquela entre um homem e uma mulher desimpedidos dos laços do casamento ou separadas de fato.

Site: <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2023/03/10/imposto-de-renda-2023-abono-aliquota-e-deducao-entenda-os-termos.ghtml>

STF começa a julgar validade de multa de 50% nas compensações de crédito tributário

Beatriz Olivon De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma hoje o julgamento sobre a possibilidade de aplicação de multa de 50% sobre os valores de restituição, ressarcimento ou compensação tributária considerados indevidos pela **Receita Federal**- a chamada multa isolada. Trata-se de uma disputa cara para a União. Serão R\$ 3,7 bilhões de perda se não puder mais aplicar a punição, segundo indica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2023.

Segundo estimativa da Associação Brasileira de Advocacia Tributária (Abat), que é parte interessada (amicus curiae) na ação, o total de multas já aplicadas pode chegar a R\$ 44,3 bilhões. A entidade se baseia em números e valores de declarações de compensação tributária e aplicação da multa isolada da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Já os dados da LDO consideram valores estimados pela **Receita Federal** sobre as teses e somam, no máximo, cinco anos.

No processo, a Abat pede o reconhecimento da inconstitucionalidade da multa de 50%, desde o início da aplicação das multas.

Quando entende ter direito a um crédito contra a União, por pagamentos feitos a mais, o contribuinte pode fazer a compensação, ou seja, usar esse crédito para quitar **tributos** correntes, de forma administrativa. A **Receita Federal** tem prazo de cinco anos para validar essa operação. Se entender que o crédito não era devido, a compensação não é homologada. O débito que havia sido pago com o crédito fica em aberto e sobre esses valores são aplicadas a multa de 50% e a de mora, de 20%.

O tema é julgado por meio de duas ações que já começaram a ser analisadas no Plenário Virtual (ADI 4905 e RE 796939). Por enquanto, cinco ministros já se manifestaram, todos pela invalidade da cobrança.

Mas os votos podem ser alterados até a conclusão do julgamento, previsto para a próxima sexta-feira.

A discussão, no STF, se dá em torno do artigo 74, parágrafos 15 e 17, da Lei nº 9.430, de 1996. Os contribuintes alegam que não devem pagar a multa de 50% porque já estão sujeitos à aplicação da multa de

mora.

Para o relator de uma das ações, ministro Gilmar Mendes, a aplicação de multa isolada por mera não homologação de declaração de compensação, sem que esteja caracterizada a má-fé, falsidade, dolo ou fraude, "fere o direito fundamental de petição e o princípio da proporcionalidade". O voto foi seguido pelo ministro Luiz Fux.

No outro recurso, o relator, ministro Edson Fachin, também considerou inconstitucional a multa isolada. Para ele, não há ato ilícito com aptidão para propiciar penalidade pecuniária automática. No mesmo sentido es tão os votos de Fux, Alexandre de Moraes e Celso de Mello.

A multa isolada pode intimidar os contribuintes a não efetuarem pedidos de compensação e, conseqüentemente, aumentar a arrecadação de **tributos**, segundo o advogado Rafael Gregorin, sócio do escritório Trench Rossi Watanabe. Já para o tributarista Guilherme Manier, sócio do Viseu Advogados, a penalidade deveria existir apenas como desincentivo à infração.

Jessica Passarini, advogada tributarista da Cascione Advogados, lembra que a aplicação de multa de mora junto com a multa isolada praticamente equivale à multa de ofício de 75%, aplicada quando o contribuinte não declara e não recolhe o tributo. "O impacto financeiro atual equivale a um ilícito tributário, o que não é o caso", diz.

A PGFN não retornou até o fechamento da reportagem.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187488>

TCU dá 15 dias para Bolsonaro explicar como recebeu joias

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes determinou, ontem, os depoimentos do ex-presidente Jair Bolsonaro e do ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque. A medida foi tomada no mesmo despacho em que ele proíbe Bolsonaro de vender ou usar as joias recebidas da Arábia Saudita. O ex-presidente tem prazo de 15 para se manifestar sobre o caso. O ministro quer saber quais foram os supostos presentes recebidos pela comitiva brasileira durante a visita à Arábia Saudita e quais estão em sua posse, além dos apreendidos no aeroporto de Guarulhos. Nardes indaga ainda se as joias seriam "personalíssimas" da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e do ex-presidente da República ou seriam incorporados ao acervo da União. E ainda se houve orientação para o envio de servidor em avião da Força Aérea Brasileira para tentar buscar a nova leva de joias. Nardes foi sorteado relator no TCU da representação feita pelo procurador Lucas Rocha Furtado, do Ministério Público Federal.

Existe um entendimento do TCU de que bens dados por governos não são itens pessoais do presidente e sim do governo brasileiro. Esse entendimento foi firmado em acórdão de 2016, quando o tribunal mandou que os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff devolvessem presentes que ganharam. No despacho de ontem, Nardes determina que Bolsonaro preserve intacto, na qualidade de fiel depositário, o material que está em sua posse até nova manifestação do TCU, "abstendo-se de usar, dispor ou alienar qualquer peça oriunda do acervo de joias objeto do processo". "Considerando o elevado valor dos bens envolvidos e ainda a possível existência de bens que estejam na posse de Jair Bolsonaro, conforme noticiado pela imprensa, entendo importante, determinar que o responsável preserve intacto, na qualidade de fiel depositário, até ulterior deliberação desta corte de Contas, abstendo-se de usar, dispor ou alienar qualquer peça oriunda do acervo de joias objeto do processo em exame", diz ele na decisão. Bolsonaro já confirmou ter ficado com um dos pacotes de joias, que não foi apreendido em Guarulhos, mas nega irregularidades.

O conjunto de joias contém relógio, abotoaduras, anel, caneta e mosbaha (espécie de rosário). Nardes questiona também Bento Albuquerque e quer saber quais foram os presentes recebidos e trazidos em sua bagagem em 26 de outubro de 2021. E se seriam

"personalíssimos" da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e de Bolsonaro ou seriam incorporados ao acervo do governo.

Ele ainda determinou diligência à Polícia Federal e à **Receita Federal** para que, no prazo de 15 dias, encaminhem informações e documentos que respondam se houve algum tipo de pressão sobre servidores para facilitar a entrada dos presentes no Brasil. E também quer dados que indiquem locais em que estão armazenadas as joias. No seu despacho, Nardes afirma ainda que os indícios relatados "revelam-se de elevada gravidade, seja pelo valor dos objetos questionados, seja pela relevância dos cargos ocupados pelos eventuais autores das irregularidades tratadas".

"Contudo, à exceção de relatos pesquisados pelos representantes em veículos de grande circulação, não há documentação suficiente para uma conclusão definitiva desta Corte a respeito do melhor encaminhamento a ser dado ao presente processo", argumenta ele.

SENADO Recém-eleito para presidir a Comissão de Transparência e Fiscalização, o senador Omar Aziz (PSD-AM) disse, ontem, que o primeiro trabalho à frente do colegiado será investigar se os R\$ 16 milhões em joias transportados pelo ex-ministro Bento Albuquerque eram presentes ou propina. Aziz disse que pedirá pente-fino em todos os negócios fechados pelo governo Bolsonaro com o mundo árabe, especialmente com fundos de pensão ligados ao governo saudita. Ele não está convencido de que as joias eram presente. "Nunca vi ninguém dar R\$ 16 milhões de presente para uma primeira-dama. Isso é aversão do Bento Albuquerque, que será investigada." Além do valor, a maneira como as joias foram transportadas também chamam atenção. A **Receita Federal** considera "não usual" o ingresso do pacote transportado por um membro da comitiva do ministro. "Os bens não foram declarados, a burocracia não foi acionada, nada foi inventariado ou patrimonializado", explicou um auditor.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/03/2023/p1>

Bento pede para adiar depoimento sobre joias

O depoimento à Polícia Federal do ex-ministro de Minas e Energia almirante Bento Albuquerque sobre o caso das joias de Jair e Michelle Bolsonaro foi adiado para a próxima terça-feira, 7. O governo Bolsonaro tentou trazer ilegalmente ao Brasil um conjunto de colar e brincos de diamante de R\$ 16,5 milhões. O presente foi dado pela Arábia Saudita, e retido na alfândega do Aeroporto Internacional de Guarulhos. A comitiva brasileira conseguiu entrar no país, contudo, com uma segunda parte das joias, que hoje está na posse do ex-presidente.

O jornal paulistano O Estado de São Paulo apurou que o pedido para adiar o depoimento partiu da própria defesa de Bento Albuquerque. O interrogatório será feito por videoconferência. O oficial iria depôr nesta quinta-feira. A investigação da Polícia Federal foi aberta a pedido do ministro da Justiça, Flávio Dino.

Presentes da Arábia Os bens foram ofertados a Bolsonaro pela Arábia Saudita durante a cerimônia de lançamento da Iniciativa Oriente Médio Verde, entre 20 e 26 de outubro de 2021. O ex-presidente não participou do evento e, por isso, enviou o então ministro de Minas e Energia para o representar. Parte das joias foi retida pela **Receita Federal** durante a volta dessa comitiva.

Bento Albuquerque e o seu assessor, Marcos André Soeiro, desembarcaram em Guarulhos com as joias no dia 26 de outubro de 2021. O auxiliar optou pela saída "nada a declarar" para deixar a área do aeroporto sem registrar a posse dos diamantes, o que, na prática, infringe a legislação brasileira.

A manobra, contudo, foi frustrada. Albuquerque tinha a opção de declarar os objetos e explicar que se tratava de um presente de um governo para outro, mas o ministro não aceitou. Se assim o fizesse, os itens passariam a ser do acervo público, não mais de Bolsonaro.

No total, o governo Bolsonaro fez oito tentativas para reaver as joias. Ele usou três ministérios - Minas e Energia, Economia e Relações Exteriores -, além de militares. Registro do Portal da Transparência revela que a demanda partiu do próprio presidente da República, que entretanto, já chegou a negar ter recebido os presentes. "Não pedi, não recebi, não cometi ilegalidades", disse Jair Messias Bolsonaro em

curta manifestação sobre o assunto, depois dias de silêncio.

'Tudo joia?': post do governo ironiza escândalo

O governo Lula, em postagem por meio das redes oficiais da Secretaria de Comunicação Social do Planalto, ironizou, na tarde desta quinta-feira, o escândalo das joias milionárias que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro e a ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Na postagem, o órgão alerta os contribuintes sobre a declaração do Imposto de Renda e questiona "E aí, tudo joia?". A abordagem chamou a atenção dos internautas, que disseram ter entendido a referência. A publicação ainda cita que a **Receita Federal** já disponibilizou o programa para realização das declarações e os comentários se debruçaram sobre o caso.

Site:

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal2.php?id=2023-03-10>

"Fiscalização é impessoal" diz servidor que travou pressão

O auditor fiscal Mario de Marco Rodrigues de Sousa, responsável pela apreensão das joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões, que seriam um presente do governo da Arábia Saudita para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, afirmou que a fiscalização da **Receita Federal** é feita com critérios impessoais e análise técnica "para que a legislação seja aplicada de forma correta". Em entrevista ao Jornal Nacional, De Marco contou que o trabalho na alfândega é dividido entre os servidores e que cada um é responsável por uma etapa do trabalho de fiscalização.

-Acho que é importante frisar que a **Receita Federal** trabalha com critérios técnicos e impessoais. Não existe um servidor que faça todo o serviço. Cada um faz a sua etapa do serviço de forma correta. É assim que a gente segue para que a legislação seja aplicada de forma correta, sem nenhum erro, desvio ou equívoco.

À época, De Marco, como é chamado na Receita, era chefe da Divisão de Conferência de Bagagem (Dibag), cargo que havia assumido em dezembro de 2017. Segundo reportagem do UOL, ele teria recusado um pedido do então secretário da **Receita Federal**, Julio Cesar Vieira Gomes, para liberar o conjunto de joias sem o pagamento de imposto ou a sua incorporação ao patrimônio da União.

Hoje chefe da alfândega do Aeroporto de Guarulhos, ele contou ainda que o Brasil é um dos poucos países que fiscalizam todos os passageiros, por meio de sistema eletrônico e de inteligência.

- Existe um sistema desenvolvido pela **Receita Federal** que faz o cruzamento de dezenas de dados de todos os voos que desembarcam no aeroporto de Guarulhos. Esse cruzamento aliado a uma equipe de inteligência indica os passageiros com possível risco aduaneiro para serem vistoriados.

O estojo com as joias está guardado no depósito da Receita, que fica em uma área de segurança do aeroporto, vigiada 24h por dia e com acesso restrito. O prazo para regularizar a entrada das peças venceu no início do ano passado, já que o prazo é de 90 dias pós-entrada.

Se as joias tivessem sido registradas como um presente para o Estado, logo na entrada, elas não

seriam apreendidas, estariam livres de pagamento de tributo e para serem incorporadas ao patrimônio da União.

De acordo com o delegado-adjunto da Alfândega da Receita no aeroporto de Guarulhos, André Martins, o registro das joias como patrimônio da União é "uma declaração muito simples".

- O poder público tem imunidade em **tributos**, então é uma declaração muito simples, uma declaração de importação feita pelo próprio poder público e, imediatamente, é feito o desembaraço da mercadoria-diz.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Audidores denunciam ex-chefe da Receita

Os atos de coação que o ex-secretário da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes praticou contra os auditores fiscais do órgão resultaram em denúncias levadas à Corregedoria do Ministério da Fazenda. Por meio da Superintendência da **Receita Federal** de São Paulo, funcionários que sofreram pressão do ex-chefe decidiram registrar uma representação junto ao departamento da Fazenda, para que esses atos sejam investigados. A denúncia é assinada pelo comando da superintendência e pelos delegados da alfândega de Guarulhos (SP).

Como prova dos atos de pressão, foram enviados à Corregedoria diversos tipos de documentos, além de mensagens de texto, áudios e e-mails, entre outros itens. Em nota, o Ministério da Fazenda confirmou nesta quinta-feira as informações. "A Corregedoria do Ministério da Fazenda recebeu representação relacionada ao caso. No entanto, o procedimento administrativo autuado foi encaminhado integralmente à CGU, em virtude de abertura de investigação preliminar sumária nesse órgão", informa o ministério chefiado por Fernando Haddad. A conduta de Julio Cesar estava relacionada à tentativa da entrada no país de joias avaliadas em R\$ 16,5 milhões, além de uma série de ingerências que o governo Jair Bolsonaro fez na tentativa de reaver as joias de diamantes apreendidas pela alfândega em 26 de outubro de 2021.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-c95d62c68196b2d0c1c1de8c7eeb6d50.pdf

Corregedor da Receita pede demissão após pressões

O corregedor da **Receita Federal**, João José Tafner, teve sua exoneração do cargo publicada na edição do Diário Oficial da União desta quinta-feira. Ele havia apresentado seu pedido de demissão ontem, após ameaça de saída coletiva de servidores da Corregedoria.

Indicado ao posto pela família do ex-presidente Jair Bolsonaro, Tafner declarou que sofreu pressão para não apurar denúncias envolvendo informações sigilosas de desafetos do ex-presidente.

O mandato do agora ex-corregedor terminaria apenas em fevereiro de 2025. Há uma semana, ele declarou que vinha sofrendo pressão do então secretário da Receita Julio Cesar Vieira Gomes, e do então subsecretário-geral, José de Assis Ferraz Neto, para não apurar denúncias e amenizar possíveis punições contra o ex-chefe de inteligência do órgão, Ricardo Feitosa. Segundo reportagem, Feitosa teve acesso e copiou, em julho de 2019, dados sigilosos e fiscais do coordenador responsável pela investigação do suposto caso de "rachadinhas" envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (PLRJ) e outros políticos que romperam com a família Bolsonaro, como o empresário Paulo Marinho e o ex-ministro Gustavo Bebianno.

O ex-chefe da Receita Julio Cesar Vieira Gomes está envolvido diretamente no escândalo das joias de diamantes que o governo Bolsonaro tentou trazer para o país. Para conseguir liberação das peças, Gomes pressionou servidores de diversos departamentos, por meio de mensagens de texto, como whatsapp, gravou áudios, fez telefonemas e encaminhou e-mails sobre o assunto.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-c95d62c68196b2d0c1c1de8c7eeb6d50.pdf

Governo tenta antecipar saída de ex-chefe da Receita do BNDES

JENIFFER GULARTE
jeniffer.guarte@bsb.oglobo.com.br BRASÍLIA

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha para antecipar a saída do ex-secretário especial da **Receita Federal** Julio Cesar Vieira Gomes de um cargo ocupado por ele no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No final de dezembro do ano passado, Vieira Gomes tentou liberar as joias trazidas da Arábia Saudita que estavam confiscadas no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. O auditor fiscal insistiu com funcionários da alfândega que as peças fossem entregues a um militar enviado pelo gabinete do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para buscar o presente.

Em 4 de novembro do ano passado, Vieira Gomes foi eleito membro titular do Conselho Fiscal do banco, com mandato até 3 de novembro de 2024. O ex-chefe da Receita recebe salário de R\$ 8.100,68 pela função. Atualmente, o BNDES é comandado por Aloizio Mercadante e deve recuperar o protagonismo que teve nas gestões petistas.

O ex-chefe da Receita chegou a usar o WhatsApp, um canal extraoficial, para pressionar os **servidores públicos** no intuito de liberar o conjunto de joias avaliado em R\$ 16,5 milhões, apreendido na alfândega, em outubro de 2021. A informação foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

De acordo com denúncias de servidores obtidas pelo jornal, Gomes pressionou uma série de funcionários de diferentes departamentos por meio de mensagens de texto, telefonemas e e-mails. Em áudio, Gomes chegou a pedir que um servidor acessasse outro departamento da Receita -a Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol) - e passasse o contato dele para o responsável da área, sob o argumento de que precisa explicar o caso da retenção e que se trata de item que "faz parte do gabinete pessoal" da Presidência. Na ocasião, ele tentava driblar a primeira negativa com uma distorção da lei para convencer os funcionários de que os diamantes estariam dentro da regularidade.

"É um outro órgão, outra unidade separada da Presidência da República como um todo. É um outro órgão chamado acervo histórico e pessoal. Faz parte do gabinete pessoal da Presidência da República. É

um órgão lá dentro que ele criou."

A lei a qual Gomes se refere consta no Decreto 4.344, de 26 de agosto 2002, que trata, na verdade, da preservação de documentos privados dos presidentes, utilizado para legislar sobre os presentes antes do acórdão do Tribunal de Contas da União de 2016.

ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

O Conselho Fiscal do BNDES é formado por três integrantes e três suplentes indicados pelo Ministério da Fazenda e eleitos em Assembleia Geral, com mandato de dois anos e possibilidade de mais duas reconduções consecutivas. Pelas regras de governança, Vieira Gomes só poderá sair de imediato se renunciar. A destituição também poderia ocorrer em uma Assembleia-Geral extraordinária. Integrantes do governo não admitem a permanência de Vieira Gomes no conselho e avaliam a melhor forma de acelerar a saída do aliado do ex-presidente.

O colegiado se reúne a cada dois meses. Entre as atribuições dos seus integrantes está o acompanhamento da execução patrimonial, financeira e orçamentária do banco, podendo requisitar qualquer documento e informação sobre a instituição. Também cabe a aos membros avaliar relatórios de controle interno e fiscalizar o trabalho dos administradores do banco.

Mourão: "Vai arrebentar do lado mais fraco"

O senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS) disse que o caso envolvendo as joias pode ter consequências para aliados do ex-presidente. Questionado sobre o papel dos militares e o fato de o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque ter atuado na intermediação da entrega de pedras preciosas, Mourão fez a avaliação:

-Acorda vai acabar arrebentando do lado mais fraco disse o senador, que antes evitou julgar a postura de Bolsonaro. - É um caso complicado. Eu era vice do Bolsonaro e fica muito chato tecer alguma consideração a esse respeito sem ter todos os dados.

Entre os presentes dados ao ex-presidente estão um relógio, uma caneta, um par de abotoaduras, um anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça Chopard.

Como o conjunto foi considerado pelo antigo governo como um item "personalíssimo", estão em posse de Bolsonaro.

Questionado se aceitaria joias de valor milionário, Mourão respondeu em tom bem-humorado.

- A Arábia Saudita não iria me dar joias

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

A importância da estabilidade - ROBERTO FONSECA

ROBERTO FONSECA

O caso das joias enviadas de presente pela Arábia Saudita a Jair e Michelle Bolsonaro merece algumas reflexões.

A primeira delas é sobre a importância da estabilidade no serviço público. A divulgação das imagens da alfândega no Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, mostra a ação de dois servidores.

Um militar da Marinha, cumprindo ordens superiores, tenta convencer um auditor fiscal a liberar as joias dadas pelos árabes.

Vendo as imagens do diálogo, ocorrido no apagar das luzes da gestão Bolsonaro, fica a certeza de que a carteirada só não deu certo porque o servidor da Receita tinha a segurança para poder tomar a decisão correta sem correr o risco de demissão.

Isso só ocorre graças à estabilidade funcional. Não fosse ela, teríamos visto mais uma exoneração por desagradar autoridades ou alguém intimidado a agir de forma contrária à lei - coincidentemente ou não, o ex-secretário da **Receita Federal** José Barroso Tostes Neto foi tirado do cargo pouco mais de um mês depois que o ex-ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) e um assessor tentaram entrar ilegalmente no país com joias vindas da Arábia Saudita.

Nunca é demais lembrar que uma dos pontos da reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro era acabar com estabilidade para novos servidores, garantida pela Emenda Constitucional nº 19. Entre os argumentos apresentados pelo ex-ministro Paulo Guedes (Economia) era de que, no Brasil, mais de 90% dos servidores têm a garantia de emprego.

"Lá fora é o contrário, menos de 5% têm estabilidade no emprego. Nós não queremos tanto, nós só queremos que haja avaliações para o ganho da estabilidade", defendeu Guedes, em maio de 2011, em audiência no Congresso, afirmando ainda que delegados e auditores teriam direito ao benefício.

Os defensores do fim da estabilidade costumam argumentar também que ela é a garantia da ineficiência no serviço público. Não vejo assim. Sou

favorável a avaliações periódicas dos servidores, mas nunca devem ser utilizadas para permitir o revanchismo ou punição por ter uma orientação política diferente do superior.

O caso das joias também mostra a importância da lupa jurídica nos últimos atos do governo anterior. Nas imagens divulgadas do diálogo no aeroporto de Guarulhos, o sargento da Marinha diz ao auditor da Receita que a tentativa de retirar as joias tem a ver com o fim do governo Bolsonaro. "Isso aqui faz parte da passagem, não pode ter nada do (governo) antigo para o próximo. Tem que tirar tudo, tem que levar, não pode." Agora, é acompanhar a investigação aberta pela Polícia Federal e aguardar as próximas revelações. Essa história está longe do fim.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/10/all.pdf>

Estabilidade do servidor público nos livra de falcatruas - BRASIL NA PAUTA

JOSÉ OSMANDO DE ARAÚJO, JORNALISTA

A visível notoriedade que o nome de Mário de Marco Rodrigues de Souza ganhou nos últimos dias, merece uma análise mais detalhada e séria, num momento de graves denúncias sobre práticas criminosas de agentes públicos à frente da gestão política e administrativa do país. De Marco é tão somente um Delegado da **Receita Federal**, auditor concursado desde 2006, que fez carreira na vigilância de bagagens no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, e em Setembro passado assumiu o comando da alfândega no maior terminal aeroviário do Brasil.

Nada de muito especial, não fosse a atitude, claramente dentro da lei, que Mário de Marco assumiu ao se recusar acatar um pedido de seu superior, o então secretário da Receita Júlio César Vieira Gomes, para que liberasse itens retidos no aeroporto de Guarulhos.

Isso foi em Outubro de 2021, um mês após esse servidor ter assumido o comando do serviço, e os itens retidos a que nos referimos eram nada mais nada menos do que as joias doadas pela Arábia Saudita, avaliadas em aproximadamente R\$ 16.5 milhões, que tentaram ingressar com elas no Brasil de maneira irregular. A negativa se deu porque o servidor da Receita não via no pedido de seu chefe, qualquer previsão legal para a liberação.

CUMPRINDO A LEI

Se chama a atenção, e nos choca o fato de um dirigente público, a serviço de seus superiores, tentar dar uma "carteirada" num servidor subalterno, mesmo sendo conhecedor de que sua atitude era ilegítima, mais atenção ainda merece o comportamento exemplar de que o auditor se incorporou, simplesmente atendo-se ao que diz a lei e ao que regulam as normas internas da **Receita Federal**. E isso ocorre porque, além, evidentemente, do caráter do jovem auditor de 39 anos de idade, existe uma coisa chamada estabilidade do servidor público no Brasil, embora exista um esforço e um lobby permanentes para fazer colocar por terra essa conquista. Vai e vem, parlamentares das duas casas, sobretudo aqueles eleitos com as facilidades trazidas pela grana dos detentores do grande capital, intentam projetos que visam acabar com a estabilidade no

serviço.

PROTEÇÃO DO ESTADO

Compartilhe no WhatsApp Compartilhe no Telegram O discurso simplista do "estado mínimo" sempre está por trás dessas movimentações impatrióticas. Eles, invariavelmente, insistem em passar o rótulo de que os **servidores públicos** são preguiçosos e corruptos.

Quando, na realidade, a estabilidade do servidor público existe para resguardar a administração pública de interferências de governos de ocasião e de oscilações de chefias. Muitas vezes, esses, sim, cercados pela corrupção, por más condutas e ausência de interesse público.

A estabilidade é um direito constitucional, não é, e nunca foi, um privilégio. Ela existe, inclusive, para assegurar que o cidadão comum tenha acesso ao serviço público de qualidade, gratuito e, principalmente, sem variações de humor dos governantes. É uma questão de Estado e não de Governo.

MAIS TRANSPARÊNCIA

Numa sociedade organizada, transparente, e que busque um mínimo de justiça, o maior beneficiário da estabilidade não é o servidor, mas sim a sociedade.

Seu maior objetivo é garantir que o servidor tenha condições seguras de atuação, diante da presença de tranquilidade para exercer as suas funções.

Deste modo, portanto, ter servidor que chegou ao cargo através de concurso e protegido pela estabilidade para o exercício de suas funções, garante mais transparência em favor da sociedade e evita que gestores e políticos de momento possam fazer valer seu poder de barganha para o alcance de coisas ilícitas. Assegurar a estabilidade do servidor público é a forma mais lógica de livrar o Brasil de falcatruas e oportunistas.

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf/20230310#page/>

Jogo por apoio dentro do Congresso Nacional

O Palácio do Planalto deflagrou uma operação para convencer deputados e senadores a retirar assinaturas do requerimento que pede a abertura da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos atos golpistas de 8 de janeiro. A ofensiva inclui oferta de nomeações para cargos de segundo escalão nos Estados, como diretorias do Banco do Nordeste (BNB), além de superintendências da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), destaca o Estadão.

O governo também pressiona ministros de partidos aliados, principalmente do União Brasil, a ajudar na missão "abafa CPI". Há três dias, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, apesar das acusações contra ele, avisou que exigiria apoio no Congresso.

Na avaliação do Planalto, criar uma comissão parlamentar agora atrapalharia votações importantes, como a da nova âncora fiscal e a da **reforma tributária**. "CPIs que são mobilizadas por quem passou pano nos atos terroristas não são os melhores instrumentos para fazer apuração", disse o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. "Nós estamos indo atrás de quem financiou a tentativa de golpe de Estado." Autor do pedido de investigação dos atos de 8 de janeiro, o deputado André Fernandes (PL-CE) afirmou que três colegas - Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), Célio Silveira (MDB-GO) e Pastor Gil (PL-MA) - retiraram as assinaturas do requerimento.

"Eles estão retirando, mas a gente está colocando mais", minimizou. Fernandes disse que cinco deputados - Milton Vieira (Republicanos-SP), Luiz Nishimori (PSD-PR), Junior Lourenço (PL-MA), Celso Russomanno (Republicanos- SP) e Luciano Vieira (PL-RJ) - aderiram ao movimento. Hoje, o requerimento tem o apoio de 191 deputados e 35 senadores.

Na sessão desta quarta-feira, 8, na Câmara, Fernandes reproduziu um áudio antigo de Lula defendendo CPIs. As discussões foram acaloradas.

A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), protestou e houve bate-boca. Miguel Ângelo (PT-PR) afirmou ter sido agredido pelo colega José Medeiros (PL-MT).

Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro, o autor do requerimento da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito está na mira da Procuradoria-Geral da República, que pediu ao Supremo Tribunal Federal a abertura de inquérito para investigar sua participação em convocações para invadir a Corte, o Planalto e o Congresso Nacional.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-2d02d0250a7c8f9a83e43e017e7ab31b.pdf

Reforma tributária prevê devolução aos mais pobres

Prevista nas duas propostas de **reforma tributária** que tramitam no Congresso, a **instituição** de um sistema de cashback (devolução) de **impostos** para os mais pobres deve ser regulamentada por lei complementar.

O prazo para a entrega termina no dia 31 de maio.

A afirmação é do secretário especial do Ministério da Fazenda para a **Reforma Tributária**, Bernard Appy, que participou **ontem** de audiência do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados sobre o tema.

Ele defendeu que o cashback seja instituído por proposta de emenda à Constituição (PEC), mas que o detalhamento seja **leito** posteriormente, por meio de lei complementar*. Pelas propostas, a **isenção** de **tributos** sobre os produtos da cesta básica acabaria.

Em troca, seria feita uma devolução dos **tributos** que incidem sobre esses bens a famílias **inscritas** no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal (CadÚnico).

Para o secretário, o modelo de cashback é eficiente na redistribuição de renda porque beneficia diretamente os mais pobres, enquanto o sistema atual de desoneração da cesta básica beneficia tanto contribuintes pobres quanto ricos. A decisão sobre como a devolução de recursos ocorreria, disse Appy, cabe aos políticos.

"O cashback tem que ser decidido pelo Parlamento, para quem você vai devolver o imposto. O Parlamento é quem vai calibrar. Pode decidir devolver para 30% ou para 70% da população. Isso depende de vocês (congressistas)", disse Appy.

IMPOSTO DE RENDA

Mais de 580 mil já baixaram programa

O programa do Imposto de Renda 2023 foi liberado ontem para download no site da **Receita Federal**. Embora a entrega da declaração, referente ao ano de 2022, só comece no dia 15 de março, cerca de 580 mil pessoas já baixaram o formulário eletrônico.

A Receita resolveu adiantar o software para aqueles interessados em adiantar a reunião de documentos para acertar as contas com o Fisco a partir do dia 15.

A pauta no congresso (Artigo)

DANIEL TRZECIAK *Deputado federal (PSDB-RS)*

Se a reforma da Previdência foi o grande tema do Congresso Nacional na legislatura passada, em 2023 senadores e deputados federais terão o desafio de construir a base de um Brasil mais equilibrado: iremos mergulhar na **reforma tributária**. O assunto, em si, já afasta as pessoas do debate, pois o veem como técnico demais, distante da realidade da maioria dos brasileiros.

E aqui temos o primeiro equívoco. Agora mesmo, enquanto você lê meu artigo nas páginas de Zero Hora ou faz uso das ferramentas digitais de GZH, está pagando **impostos**, assim como todos os veículos de comunicação também pagam. Quando acende a luz da casa, vai à padaria, abastece o carro, janta com a família ou deposita o salário dos funcionários, há sempre uma sombra chamada tributo com você.

Nós, os parlamentares, iremos discutir mudanças sobre as principais cobranças do sistema de arrecadação: renda, trabalho, patrimônio e consumo. E nelas existem distorções nada fáceis de resolver, resultado de um modelo que não preenche mais as necessidades de um país que precisa se modernizar. Sequer estamos na lista das mais de 150 nações adotantes do imposto único sobre bens e mercadorias. Ao contrário, pagamos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS.

No Brasil, ainda temos a União, os 27 Estados e os 5.568 municípios produzindo suas próprias leis tributárias, excessos que geram custos, barram negócios e trancam o desenvolvimento. Abrir uma fábrica na zona sul do Estado tem peso diferente de instalá-la na metade norte. Ao final, onde o investidor enxergar números mais interessantes, mais chance terá de empreender.

Somos 513 deputados federais e 81 senadores com a principal missão dessa legislatura: preparar a base para um Brasil mais coerente na hora de arrecadar e mais justo no momento de devolver o dinheiro na forma de investimentos. E meu pedido a você é um só: participe. A **reforma tributária** não é do Congresso, mas da sociedade. Nós, os políticos, somos os agentes que representam a voz de cada brasileiro na hora de discutir, propor e votar. Por isso, informe-se, converse, sugira e envolva-se no processo.

Site: <http://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/zh/>

BC prevê impacto mais severo com desconfiança sobre o regime fiscal

O Comef (Comitê de Estabilidade Financeira) do Banco Central disse nesta quinta-feira (9), em ata da última reunião, que simulações de cenários extremos mostram que uma eventual quebra de confiança no regime fiscal teria o impacto mais severo para o sistema financeiro nacional.

O colegiado do BC, entretanto, ressaltou que os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente. "Os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente. Nos cenários de estresse macroeconômico avaliados, descritos no Relatório de Estabilidade Financeira, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes." "Desde a última reunião do Comef, a elevação da incerteza ampliou o impacto no sistema. O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal. Teste de análise de sensibilidade verificou que mesmo que os ativos problemáticos dobrassem em relação a seus níveis atuais, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes", continuou.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), nesta quinta para discutir o desenho da nova regra fiscal, que substituirá o teto de gastos -mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação** registrada no ano anterior.

Sem dar detalhes do formato do futuro arcabouço fiscal, Tebet afirmou que a proposta engloba tanto a preocupação em zerar o déficit fiscal do Brasil, estimado em cerca de R\$ 230 bilhões neste ano, e em estabilizar a dívida-da/**PIB** quanto a demanda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para investimentos.

De acordo com a ministra, o modelo vai "agradar a todos, inclusive ao mercado". Por interferir de forma direta nas expectativas em tomo da trajetória para as contas públicas ao longo dos próximos anos, o tema é bastante aguardado por economistas da iniciativa privada.

Na ata do Comef, o BC também sinalizou a "significativa" das provisões -mecanismo contábil que mantém recursos em caixa para que sejam supridas despesas que ainda não ocorreram- que aparecem nos balanços das

instituições financeiras do último trimestre de 2022 "decorre de evento específico relacionado a empresa de grande porte", sem citar nominalmente a Americanas. "Essas provisões respondem por porção relevante do recuo da rentabilidade anual do SFN [Sistema Financeiro Nacional] e já absorveram a maior parte da materialização do risco", diz o colegiado.

O BC disse ainda que estimou o impacto potencial remanescente do caso Americanas em um cenário extremo, no qual haveria contágio sobre toda a cadeia de produção e fornecimento que depende de forma relevante da varejista.

Segundo avaliação do Comef, o impacto para o sistema nesse contexto "é insignificante e não se verificaria desenquadramento de capital em qualquer instituição financeira". Ainda de acordo com o comitê, a rentabilidade do Sistema Financeiro Nacional permanece pressionada por "redução da margem de crédito, baixo crescimento das receitas de serviço e crescimento das despesas administrativas devido à **inflação**." **ALERTA** Um eventual "efeito dominó" do caso Americanas acendeu o alerta de analistas e de membros do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre os impactos na economia. Entre os pontos de atenção em relação ao crédito, o Comef alertou para a deterioração nos preços de ativos no mercado de títulos privados devido a "eventos pontuais" de empresas de grande porte. O comitê afirmou que tem acompanhado a evolução e os desdobramentos dos eventos recentes e se disse "pronto para atuar em caso de disfuncionalidade".

Na ata, o BC afirmou ainda que o apetite ao risco das instituições financeiras na concessão de crédito às famílias e às empresas de menor porte permanece elevado, ainda que tenha apresentado -subir em setembro de 2021 e não parou mais. Atualmente, são 70 milhões de consumidores e 6,4 milhões de empresas com dificuldades para pagar as contas em atraso.

Apesar dos alertas, a instância do BC focada na prevenção de riscos sistêmicos considera que as instituições financeiras continuam se mostrando capazes de absorver a materialização do risco de crédito e que os preços dos ativos e o crescimento do crédito não representam preocupação no médio prazo, embora existam incertezas a serem acompanhadas.

Segundo o colegiado da autoridade monetária, o sistema financeiro está preparado para enfrentar eventuais problemas, não havendo necessidade de ajustes na política macroprudencial no curto prazo. (Folhapress)

Site: <https://opopular.com.br/digital/10-marco-2023/1o-caderno>

Presidente discute relatoria do Orçamento com Lira

Fabio Murakawa De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se na noite dessa quinta-feira (9) com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em um jantar na casa do ministro da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta. Também participaram do jantar os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

No jantar, segundo fontes do Planalto, foi discutida a pauta legislativa prioritária do governo no primeiro semestre e a consolidação da base na Câmara.

Na segunda-feira, em São Paulo, Lira disse em um evento empresarial que o governo não tem base suficiente para aprovar um projeto de lei na Câmara, o que exigiria maioria simples dos deputados, e muito menos para aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC), ou 309 dos 513 deputados.

Outro tema discutido com Lira foi a relatoria do Orçamento, que ficará com a Câmara e está sendo disputada pelo União Brasil e o PL na Câmara. O governo quer evitar que o cargo fique com o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro.

A presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO) ficará com a senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), em um acerto que agradou o Planalto.

O Planalto tem como principais metas para este ano aprovar um novo marco fiscal em substituição ao teto de gastos e a reforma tributária.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187488?page=1§ion=1>

Qual o desenho ideal da regra fiscal? (Artigo)

Bruno Funchal é CEO da Bradesco Asset

Estamos vivendo dois dos debates mais importantes para o desenvolvimento da nossa economia: de um lado, uma **reforma tributária** que tem grande potencial para trazer ganhos de produtividade e crescimento econômico. De outro, uma regra fiscal que visa trazer previsibilidade com relação à gestão das finanças públicas e que tenha efeito direto sobre o custo de financiamento do Tesouro e, por consequência, de todas as empresas e pessoas do país.

É fundamental ampliar esse debate sobre regras fiscais, suas características desejáveis, desafios e benefícios.

De forma geral, as regras fiscais têm como objetivo assegurar a organização das contas da União e a sustentabilidade da dívida pública no longo prazo. Elas ajudam a ancorar as expectativas quanto ao futuro ao promover disciplina fiscal. Atuam para evitar a desorganização das finanças do governo que comprometem a sustentabilidade das políticas públicas e o crescimento econômico.

É sempre importante lembrar que contas públicas organizadas não são um fim em si mesmo, mas um meio para viabilizar políticas públicas sustentáveis.

As regras fiscais mais modernas, chamadas de "segunda geração", enfrentam o desafio de trazer flexibilidade sem se tornarem excessivamente complicadas, o que dificultaria sua compreensão, elemento-chave para angariar o apoio da sociedade e alinhar comprometimento político com relação a sua execução.

Como exemplo, tínhamos a regra do teto de gastos, que era extremamente simples, fácil de comunicar e de ser compreendida, mas com pouca flexibilidade. Essa, inclusive, é a maior crítica em relação a ela. Portanto, recomenda-se trazer mais flexibilidade para a dinâmica do gasto, sem comprometer o entendimento da regra, fundamental para sua credibilidade.

É preciso que o sistema de regras seja ancorado por um objetivo de dívida que preserve sua sustentabilidade. Porém essa âncora não pode ser

confundida com um instrumento de gestão de política fiscal de curto prazo. Trata-se apenas de uma referência importante, que permite aos gestores uma comunicação simples e direta com a sociedade.

É por isso que as regras fiscais precisam incluir regras operacionais. Por exemplo, parâmetros de despesa e de resultado primário. A calibragem do resultado primário seria definida em função da trajetória desejada para a dívida e, a partir desse resultado, o governo estabeleceria o limite de despesa, dado o nível de receitas estimado. Com isso, controlando a despesa e implementando uma regra para sua dinâmica de crescimento seria possível produzir resultados primários que colocassem a trajetória da dívida em estabilidade.

Hoje temos uma dívida alta se comparada com os nossos países pares, por isso é preciso um período de transição para a redução da dívida no médio prazo. Nesta fase transitória, as metas de resultado primário também devem ser calibradas para promover a redução da dívida.

Alcançado o nível desejado, o compromisso de cada governante seria mantê-lo ao redor desse patamar, eventualmente com espaço de realizar reduções de endividamento em anos de maior dinamismo econômico para possibilitar eventuais aumentos em recessões ou em momentos de choque que precisem de resposta fiscal, como vimos nesta pandemia.

Note que essa regra traria margem para duas formas de flexibilização do gasto. A primeira, no período de transição, traz maior espaço para despesas à medida que o nível de dívida cai e se aproxima de níveis similares aos dos nossos países pares. Em relação à segunda, já com a dívida em seu nível desejado, a flexibilidade permite mais liberdade fiscal para políticas compatíveis com ciclos econômicos.

Um bom teste da eficácia das regras é analisar se sua adoção afeta as percepções de sustentabilidade fiscal. A análise do comportamento dos spreads soberanos mostra que os agentes econômicos veem as regras como dispositivos para aumentar a credibilidade. Em uma comparação entre países, os prêmios de risco soberanos daqueles sujeitos a uma sequência de déficits excessivos são, em média, 50 a 150 pontos-base superiores aos que não apresentam essa

situação. No Brasil não foi diferente. Após a implementação do teto de gastos, observou-se uma forte queda nos prêmios de risco, traduzido em juros menores. Estudos apontam para uma queda entre 230 e 270 pontos. Essa redução foi se perdendo ao longo da pandemia devido à percepção de perda de compromisso.

Os agentes tendem a recompensar a capacidade das regras de mudarem o comportamento fiscal, o chamado "efeito compromisso", e de transmitir informações úteis sobre a política fiscal futura, o "efeito de sinalização". Quando há dúvidas sobre o funcionamento das regras fiscais, ou falta de comprometimento com estas, parte dos benefícios fica prejudicado.

Assim, ao trazer credibilidade para a sustentabilidade das nossas finanças públicas, a consequência sobre os juros no Brasil é direta, tanto na curva de longo prazo, como na de curto prazo, dada a influência do canal de expectativas sobre a política monetária.

Como exemplo, a projeção de mercado para a Selic final de 2023 estava em 11,25% em outubro, e passou para 12,75% em fevereiro, sob influência das expectativas sobre a **inflação** diante da falta de uma regra fiscal que trouxesse previsibilidade para as contas públicas. Assim, o encaminhamento de um conjunto de normas que seja crível em relação a estabilizar a dívida tende a ancorar as expectativas e ajudar no início do processo de redução de juros no Brasil.

Finalmente, é importante dizer que o arcabouço fiscal é uma ferramenta que auxilia na boa gestão das finanças públicas. Para que cumpra seus objetivos, esse instrumento precisa ser bem compreendido e utilizado com comprometimento. É fundamental um bom processo de comunicação com a sociedade, para mostrar sua importância e potencial de trazer benefícios como a redução de juros e do custo de financiamento para as empresas, e gerar investimentos, empregos e renda.

Contas públicas organizadas não são fim em si mesmo, mas um meio para viabilizar políticas sustentáveis

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187488?page=4§ion=2>

Novo arcabouço vai agradar ao mercado, afirma Tebet

Nathalia Garcia

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), afirmou nesta quinta-feira (9) que a nova regra fiscal desenhada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é responsável, garante recursos para investimentos e vai agradar a todos, inclusive ao mercado.

"É um arcabouço fiscal responsável, preocupado com a responsabilidade fiscal, com déficit primário, com a estabilização da dívida/**PIB**, mas atendendo a um pedido justo do presidente da República, porque assim quer a democracia brasileira, de que temos de ter recursos para os investimentos necessários para fazer o Brasil voltar a crescer", afirmou.

O desenho do novo arcabouço fiscal foi discutido por Tebet com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), em reunião na sede da pasta econômica. Também participaram do encontro, do lado do Planejamento, o secretário-executivo Gustavo Guimarães e Paulo Bijos, secretário de Orçamento Federal.

"Do lado orçamentário e fiscal, saímos muito satisfeitos. Agora é questão de colocar os números no papel", disse. O próximo passo para a proposta se concretizar será Haddad apresentar o texto a Lula. A previsão é que isso aconteça na próxima semana. Com o aval do presidente, o texto seguirá para o Congresso Nacional.

Sem dar detalhes do novo desenho, a ministra diz que a proposta atende "aos dois lados", pois engloba tanto a preocupação em zerar o déficit fiscal do Brasil, estimado em cerca de R\$ 230 bilhões neste ano, e em estabilizar a dívida/**PIB** - que atingiu 73,1% em janeiro, segundo dados do Banco Central- quanto a demanda de Lula por recursos para investimentos.

"Não podemos descuidar dos investimentos necessários para o Brasil voltar a crescer", enfatizou.

O novo arcabouço fiscal a ser proposto pelo governo é um dos temas mais aguardados pelos economistas da iniciativa privada, por interferir de forma direta nas expectativas em torno da trajetória para as contas públicas ao longo dos próximos anos.

No último dia 2, Haddad já havia declarado que o anúncio da nova regra fiscal foi antecipado para março para que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) seja encaminhado ao Congresso Nacional já com base na nova regra fiscal.

O ministro disse ainda que deseja apresentar o modelo de arcabouço antes da próxima reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), agendada para os dias 21 e 22 de março. A expectativa do governo é que a nova regra fiscal abra espaço para o BC antecipar o início de corte de juros -hoje a taxa básica (Selic) está em 13,75% ao ano.

O projeto de LDO deve ser enviado para o Congresso até 15 de abril de cada ano, e ser devolvido para sanção até 17 de julho do mesmo ano. Dentro desse cronograma, sem que um novo arcabouço fiscal seja apresentado antes, a largada da discussão orçamentária de 2024 teria de se basear na regra em vigor (e que o governo Lula rejeita), o teto de gastos.

O teto de gastos, aprovado durante a gestão do então presidente Michel **Temer** (MDB), é um mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas à **inflação** registrada no ano anterior

Nos últimos anos, ele se tornou a principal âncora das contas públicas, sendo apontado como a ferramenta que ajudou a controlar as finanças do governo. No entanto, a regra foi driblada diversas vezes, especialmente após a pandemia.

Quebra de confiança no fiscal afetaria sistema financeiro, diz BC

O Comef (Comitê de Estabilidade Financeira) do Banco Central disse nesta quinta-feira (9), em ata da última reunião, que simulações de cenários externos mostram que uma eventual quebra de confiança no regime fiscal teria o impacto mais severo para o sistema financeiro nacional.

O colegiado do BC, entretanto, ressaltou que os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente.

"Os resultados dos testes de estresse demonstram que o sistema está resiliente. Nos cenários de estresse macroeconômico avaliados, descritos no

Relatório de Estabilidade Financeira, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes", disse.

"Desde a última reunião do Comef, a elevação da incerteza ampliou o impacto no sistema. O impacto mais severo continua sendo o observado no cenário de quebra de confiança no regime fiscal. Teste de análise de sensibilidade verificou que mesmo que os ativos problemáticos dobrassem em relação a seus níveis atuais, o sistema não apresentaria desenquadramentos relevantes", continuou.

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), nesta quinta para discutir o desenho da nova regra fiscal, que substituirá o teto de gastos -mecanismo que limita o crescimento das despesas públicas à inflação registrada no ano anterior.

Sem dar detalhes do formato do futuro arcabouço fiscal, Tebet afirmou que a proposta engloba tanto a preocupação em zerar o déficit fiscal do Brasil, estimado em cerca de R\$ 230 bilhões neste ano, e em estabilizar a dívida/PIB quanto a demanda do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para investimentos.

De acordo com a ministra, o modelo vai "agradar a todos, inclusive ao mercado [financeiro]". Por interferir de forma direta nas expectativas em torno da trajetória para as contas públicas ao longo dos próximos anos, o tema é bastante aguardado por economistas da iniciativa privada.

Na ata do Comef, o BC também observou que houve recuo da rentabilidade do sistema devido às provisões das instituições financeiras expostas ao caso Americanas. A varejista entrou em recuperação judicial com dívidas que superam R\$ 40 bilhões, na esteira da revelação de um rombo contábil divulgado em 11 de janeiro deste ano.

A autoridade monetária destacou no documento que "parcela significativa" das provisões -mecanismo contábil que mantém recursos em caixa para que sejam supridas despesas que ainda não ocorreram- que aparecem nos balanços das instituições financeiras do último trimestre de 2022 "decorre de evento específico relacionado a empresa de grande porte", sem citar nominalmente a Americanas.

"Essas provisões respondem por porção relevante do recuo da rentabilidade anual do SFN [Sistema Financeiro Nacional] e já absorveram a maior parte da materialização do risco", afirmou o colegiado no documento.

O BC disse ainda que estimou o impacto potencial remanescente do caso Americanas em um cenário extremo, no qual haveria contágio sobre toda a cadeia de produção e fornecimento que depende de forma relevante da varejista.

Segundo avaliação do Comef, o impacto para o sistema nesse contexto "é insignificante e não se verificaria desenquadramento de capital em qualquer instituição financeira".

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50211&maxTouch=0>

Só análise técnica deve determinar queda de juros (Editorial)

A pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seus ministros para que o Banco Central (BC) reduza a Selic dos atuais 13,75% já encontra eco no mercado financeiro. Diversos gestores têm feito investimentos apostando em juros mais baixos antes do previsto (fim do ano). Parte do mercado prevê uma freada brusca da economia. O **PIB** cresceu 2,9% em 2022, mas houve contração de 0,2% no quarto trimestre, sinal de desaceleração.

Outro sinal relevante vem do mercado de crédito privado. Depois de quebrar recordes no ano passado, as emissões de dívidas corporativas despencaram 64%, de R\$ 18,7 bilhões em janeiro para R\$ 6,6 bilhões em fevereiro, como revelou reportagem do GLOBO. O crédito bancário também está em contração, diante da dificuldade de arcar com o custo do dinheiro, determinado pela Selic.

Se o cenário de queda nos investimentos e no consumo desaguar em estagnação, as pressões inflacionárias diminuirão, abrindo espaço para a queda mais rápida dos juros. Por enquanto, a maioria dos analistas não aposta nessa hipótese. O último Boletim Focus, do BC, prevê que o **PIB** crescerá 0,85%, a Selic fechará o ano a 12,75%, e o primeiro corte ocorrerá apenas em novembro. Mas a expectativa de que os juros possam começar a ser cortados mais cedo, antes apenas um desejo de Lula, começa a ganhar corpo entre economistas.

A confirmação de um **PIB** próximo de zero certamente aumentará a pressão sobre o presidente do BC, Roberto Campos Neto. Como toda pressão política, ela vem embalada em argumentos nem sempre convincentes, embora sempre convenientes. O governo alega que a **inflação** brasileira fechou 2022 abaixo da americana e da europeia, mas esquece que são inflações de características distintas. Excluindo os itens voláteis, como energia ou alimentos, o núcleo da **inflação** brasileira está em 8,7%, ante 6% nos Estados Unidos e 5% na Zona do Euro, segundo análise recente do FMI. Isso também precisa ser levado em consideração na decisão do BC sobre a Selic.

Dois fatores alimentam as expectativas de **inflação**: o desequilíbrio nas contas públicas e a incapacidade de crescimento robusto e sustentado.

Era com isso que o governo deveria se preocupar. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez bem ao antecipar para este mês a apresentação de uma nova regra fiscal. Se ela for confiável, o governo imediatamente colherá previsões menores de **inflação**, pois os agentes econômicos estarão convencidos de que os gastos inflados da União não aquecerão artificialmente a demanda e elevarão os preços.

Noutra frente, o governo precisa formar logo uma base de apoio no Congresso para aprovar a **reforma tributária**. A simplificação na cobrança de **impostos** livraria o país de amarras que atrasam o crescimento. É óbvio que nada seria instantâneo, mas isso também ajudaria a promover a reversão de expectativas. Nesse cenário virtuoso, o BC certamente teria espaço para iniciar o ciclo de redução de juros. Na verdade, esse espaço existiria naturalmente, não fossem a pressão e as declarações de Lula sobre economia, que interferem nas expectativas. Os responsáveis pela política monetária têm o dever de combater a **inflação** com base em análises técnicas independentes. Em vez de pressioná-los, o governo precisa começar a governar.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

A Selic já pode cair - ANDRÉ RONCAGLIA

ANDRÉ RONCAGLIA

A taxa Selic iniciou sua ascensão no início de 2021, saindo de 2% e chegando aos atuais 13,75%. A variação de 11,75 pontos percentuais e a manutenção da taxa nesse patamar deveriam resfriar a atividade preventivamente, impedindo que a reabertura da economia descambasse numa espiral inflacionária. Não funcionou a contento. O teto da meta foi violado em 2021 e 2022, e o discurso do Copom previa manter a taxa nesse patamar até o fim de 2023.

Lula questionou a viabilidade de uma meta de inflação menor para 2023 e 2024, a qual reforça a postura extremamente restritiva da política monetária. A Selic muito alta asfixia as empresas, inibindo a geração de empregos. Foi acusado de ser populista.

Até há pouco tempo, o maior risco à estabilidade, na visão fariálimer de mundo, era exclusivamente fiscal. Isso permitia entrincheirar a postura de cobrar do governo indicações de responsabilidade fiscal. A reoneração dos tributos sobre os combustíveis deu algum alívio, e a pressão já se deslocava para a definição do novo marco fiscal.

Foi aí que um novo risco tomou conta da cena. Gestores de ativos e consultorias começaram a expressar preocupação com a meta irrealista de inflação em 2023 e 2024 e com o nível da taxa de juros definida pelo BC (Banco Central). O motivo da mudança: a possibilidade de ocorrência de um credit crunch (dito em inglês, para não reconhecer que Lula tinha razão).

A restrição de crédito já aparece no mercado de dívida privada, segundo dados da Anbima. A fraude contábil no caso Americanas dissemina desconfiança no mercado de crédito, encarecendo ainda mais o financiamento empresarial.

A realidade que antes ameaçava apenas os trabalhadores bateu às portas das empresas. Em recente artigo publicado pelo BIS, Claudio Borio e coautores sugerem que a elevação da taxa de juros em contexto de elevado endividamento pode gerar "dominância financeira". O encarecimento agudo do crédito agrava a fragilidade financeira da economia. As empresas precisam gastar cada vez mais recursos para honrar suas despesas financeiras.

Nessa situação, o estopim que converte a fragilidade em crise pode ser um choque adverso -por exemplo, uma desvalorização abrupta da taxa de câmbio causada por eventos externos.

Como uma crise financeira assusta muito mais do que inflação acima da meta, o BC se vê obrigado a reduzir a taxa de juros e acionar outros instrumentos para conter pressões inflacionárias. Traduzindo: a Selic vai ter de cair na marra. Vejamos.

A política monetária é um jogo estratégico de expectativas e de poder. Os dados indicam que as expectativas da Faria Lima afetam a reação do BC e vice-versa. Além disso, a Selic tem forte correlação com o custo médio da emissão de dívida pública pelo Tesouro Nacional.

A partir do fim de 2020, quando a Selic estava em 2% ao ano, o mercado elevou o custo da dívida pública no mercado aberto, indicando que o BC estava "atrás da curva". Para resgatar sua credibilidade perante o mercado, o Copom correu atrás, subiu a Selic e a manteve lá até convencer o mercado de sua aversão à inflação. O mercado chamou o BC para o seu "devido lugar".

Agora o BC deve retribuir o favor. O custo da preservação de sua credibilidade nos levou endogenamente às portas dessa dominância financeira. A Faria Lima já aceitou a queda antecipada da Selic e aceita qualquer narrativa crível de sustentabilidade fiscal.

O governo tem na mão a capacidade de arbitrar o tamanho da queda da taxa de juros, ganhando espaço fiscal sem gerar temores nos desconfiados, pelo menos até a discussão do Orçamento de 2024, em agosto.

O jogo virou. É hora de aproveitar a oportunidade.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50211&maxTouch=0>

Recorde de R\$ 279 bi em tributos

Rio - A Petrobras recolheu, em 2022, R\$ 279 bilhões em **tributos** próprios, retidos e participações governamentais no Brasil.

Esse valor representa recorde anual da companhia e um aumento de aproximadamente 37,5% em relação a 2021.

Do total pago pela empresa aos cofres públicos no ano passado, R\$ 149 bilhões correspondem a **tributos** próprios de suas operações; R\$ 83 bilhões, a participações governamentais, o maior valor anual já pago pela Petrobras (majoritariamente, royalties e Participação Especial); e R\$ 47 bilhões, a **tributos** retidos de terceiros, uma vez que a empresa tem o dever legal de recolhimento por toda a cadeia produtiva, sendo responsável ou substituta tributária com essa finalidade.

A técnica da substituição tributária é difundida no Sistema Tributário Nacional e tem o objetivo de promover uma concentração da arrecadação em poucos agentes econômicos para facilitar o recolhimento e a fiscalização dos **tributos**. As informações fazem parte do Relatório Fiscal divulgado pela Petrobras.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-c95d62c68196b2d0c1c1de8c7eeb6d50.pdf

Repasse do FPM indica tendência de receita menor

Brasília - Neste ano talvez os prefeitos brasileiros tenham um motivo a mais para se preocupar. O dinheiro do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a ser repassado hoje demonstra uma tendência de queda, em relação ao que foi transferido no mesmo período do ano passado. Está sendo creditado nessa sexta-feira, nas contas das prefeituras, o valor referente ao primeiro decêndio do mês.

Em valores brutos, o total é de R\$ 5.017.123.558,80. O fundo é uma das principais fontes de receita do município e ajuda a custear despesas obrigatórias, como pagamento de senadores públicos e Previdência, além de melhorias para a população. Segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a base de cálculo para o repasse é entre os dias 20 e 30 do mês anterior. Portanto, esse primeiro decêndio, geralmente, sempre é o maior do mês e representa quase a metade do valor esperado para o mês inteiro.

De acordo com o especialista em orçamentos e finanças públicas Cesar Lima, os valores do FPM a serem pagos no primeiro decêndio inverteram a tendência de alta, registrada no ano passado, possivelmente por causa do nível de endividamento das famílias brasileiras, que se encontra no ponto mais alto desde o início da série histórica. Embora o valor pago hoje represente um acréscimo de aproximadamente 2% a mais, o total indica uma tendência de queda, quando se desconta a **inflação** do período.

Lima observa que um dos motivos da queda seja relacionado ao endividamento das famílias brasileiras. "Mais de 70% das famílias encontram-se com contas atrasadas, e isso muito provavelmente tem refreado o consumo", explicou. "Também há o motivo dos juros altos, porque a taxa Selic está mantida em quase 13% ao ano", afirmou, acrescentando que "também existe o consumo de bens de maior valor agregado, e isso tudo pode ter contribuído para uma queda na arrecadação, que veio agora refletir na queda dos repasses do FPM".

Necessidades básicas -

Muitas prefeituras dependem do FPM para manter funcionando áreas fundamentais, consideradas de primeira necessidade da população. E o caso, por

exemplo, da cidade de Natal (RN), que embora seja uma capital de Estado, não possui arrecadação suficiente para atender todas as necessidades básicas dos habitantes.

De acordo com a secretária municipal de Administração de Natal (RN), Ademira França, a prefeitura aplica parte considerável do FPM em saúde e educação. A secretária destaca a importância dos recursos repassados pela União através do Fundo: "A gente consegue, através dele, ter recursos para atender várias demandas, porque as obrigações hoje do município são muito altas", justificou.

Os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) fazem parte do dinheiro arrecadado pela União, através de **impostos**, e são repassados, a cada dez dias (por isso o nome "decêndio"), a todas as prefeituras do País. Portanto, são feitas transferências de dinheiro aos municípios -através do Banco do Brasil - a cada dia 10, 20 e 30 de cada mês. Caso a data caia num sábado, domingo ou feriado, o repasse é antecipado para o primeiro dia útil anterior.

O órgão responsável pelo cálculo dos percentuais de participação de cada município é o Tribunal de Contas da União (TCU), de acordo com o número de habitantes de cada cidade e conforme a renda per capita dos Estados. Os municípios são divididos em três categorias: capitais de Estado, interior e "reserva". As capitais e Brasília recebem 10% do FPM. Os demais municípios brasileiros (de interior) recebem 86,4% do fundo, enquanto os municípios "de reserva", que possuem população superior a 142.633 habitantes, recebem tanto o percentual de participação por ser município de interior, quanto uma cota adicional de 3,6%. (Brasil 61)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Marcha dos prefeitos vai debater novo FPM

Marcelo Gouveia está preocupada com a queda na receita de mais de 60 municípios pernambucanos. Prefeitos de todo País voltam a invadir Brasília em uma nova marcha entre os dias 27 e 30 deste mês. O evento vai reunir ministros, parlamentares e outras autoridades para debater o encaminhamento da pauta municipalista no Congresso Nacional e Governo Federal.

Entre as preocupações dos gestores municipais estão as mudanças nas cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) provocadas pelo novo cálculo em cima do recente censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outra pauta será a discussão e tramitação da PEC 25/2022, que propõe o aumento de 1,5% do FPM para o mês de março. Sua aprovação é considerada como grande alternativa para os municípios bancarem o piso dos enfermeiros.

Bons salários "Entendemos que todos os profissionais que atendem a população precisam ter bons salários, por isso estamos buscando a aprovação da PEC 25 para viabilizar o pagamento do piso salarial à categoria", disse o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

As reformas tributária e administrativa, que estão entre os temas que mais preocupam o movimento municipalista nacional, também estão na agenda dos prefeitos.

O Governo Federal sinalizou que ainda neste primeiro semestre pretende aprovar a **reforma tributária** no Congresso, o que está causando preocupação aos gestores devido às mudanças no sistema de tributação que poderá afetar os municípios.

Período de transição Os líderes também vão mobilizar parlamentares federais para a aprovação do Projeto de Lei 139/2022 que assegura que os municípios que perdem população em razão dos censos demográficos tenham um prazo de transição de 10 anos para se adequar à redução da receita.

O objetivo é que as perdas sejam consolidadas de forma escalonada para reduzir o impacto nos cofres públicos e, assim, não prejudicar a prestação de serviços públicos à população.

Em Pernambuco, a Associação Municipalista (Amupe) pretende levar mais de 140 prefeitos para a marcha,

segundo o vice-presidente da instituição e prefeito de Paudalho, Marcelo Gouveia (SD). "Estamos empenhados na mobilização dos prefeitos do Estado para participarem do evento, que tem uma ampla programação, com a participação de lideranças políticas e especialistas em várias áreas da administração pública", disse.

Novo censo Marcelo está preocupado especialmente com a queda de receita em mais de 60 municípios de Pernambuco em consequência do novo censo do IBGE, feito, segundo ele, num momento muito inadequado - no período eleitoral do ano passado - e por amostragem.

"A União repassa o FPM aos municípios com base na população.

Quando há uma queda, os repasses constitucionais também caem", disse.

Como consequência disso, lembra Marcelo, reside a redução do tamanho das câmaras municipais.

"Existem municípios, não é o caso de Paudalho, felizmente, que vão perder dois vereadores", disse Marcelo. Os municípios chegaram a ter corte no Fundo de Participação dos Municípios no mês de janeiro, mas a Amupe ganhou uma liminar na justiça, na qual a União ficou obrigada a repor tudo que foi cortado dos municípios atingidos

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2368/10-03-2023/>

Aumentam as críticas à taxaço das exportações

RAFAELA GONÇALVES

Petroleiras estrangeiras com operações no Brasil e partidos políticos entraram com ações pedindo o fim da cobrança do imposto sobre exportações de petróleo. A tributação foi anunciada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no pacote de reoneração dos combustíveis, que entrou em vigor por medida provisória em 1º de março, e vem recebendo críticas.

O imposto teve alíquota estabelecida em 9,2% e é tratado pelo governo federal como forma temporária, com duração prevista de quatro meses, a fim de compensar parte da desoneração mantida sobre os combustíveis.

Segundo estimativas da Fazenda, a medida pode despejar R\$ 6,6 bilhões nos cofres públicos.

Foram citadas no pedido para o fim da taxaço as petroleiras Equinor, Petrogal, Repsol Sinopec, TotalEnergies e Shell. "A medida, que foi anunciada sem um diálogo significativo com a indústria, joga incerteza sobre novas decisões de investimentos, afetando a competitividade do Brasil no setor de Exploração e Produção - em que o Brasil tem um forte potencial geológico", disse, em nota, a Shell Brasil.

A companhia é uma das principais parceiras da Petrobras no pré-sal e a segunda maior produtora de petróleo do país, atrás da estatal.

Apenas no ano passado, a Petrobras recolheu o total de R\$ 279 bilhões em **tributos** próprios, retidos e participações governamentais no Brasil. Esse valor representa um recorde anual da companhia e um aumento de aproximadamente 37,5% em relação a 2021.

A Equinor, por sua vez, afirmou que recorreu ao Poder Judiciário para deixar clara a preocupação da indústria petrolífera com a "previsibilidade nas estruturas jurídicas e regulatórias, com absoluto respeito aos contratos".

Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) já havia iniciado um esforço grande junto a parlamentares no convencimento dos impactos negativos da medida lançada pelo governo não só para o setor petrolífero, mas para a economia

brasileira.

Em nota, o órgão disse que "a tributação das vendas externas, mesmo de forma temporária, pode impactar a competitividade do país a médio e longo prazos, além de afetar a credibilidade nacional no que tange a estabilidade das regras".

Além das petroleiras, partidos da oposição também já ingressaram com ações na tentativa de barrar o novo tributo. O PL se movimentou diretamente no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), alegando que o governo não pode criar **impostos** simplesmente para reduzir o déficit fiscal. O Novo enviou junto ao STF um pedido de medida cautelar, pedindo a suspensão do imposto.

"O Poder Executivo alterou um imposto de exportação por meio de um subterfúgio. Há vício de forma, pois a alíquota não poderia ser modificada por Medida Provisória e precisaria respeitar a regra da anterioridade", explicou o presidente do partido Novo, Eduardo Ribeiro, ao protocolar a ação.

Por outro lado, entidades como a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) se posicionaram a favor da implementação do imposto. "Os agentes do mercado se acostumaram a trabalhar nos últimos anos de gestão da Petrobras como se a estatal fosse deles; ela é majoritariamente da União e, nessa condição, tem o direito de reavaliar o processo de privatização e defender a implementação de medidas, como o imposto de exportação sobre petróleo bruto", afirmou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/03/10/all.pdf>

Inadimplência atinge 70,1 mi no País

MÁRCIA DE CHIARA LUIZ GUILHERME GERBELLI

Nunca o brasileiro deveu tanto e não pagou. Em janeiro deste ano, 70,1 milhões de inadimplentes com bancos, empresas de cartão de crédito, financeiras, lojas e serviços de utilidades pública, como água e luz, acumulavam dívidas em atraso que totalizavam R\$ 323,3 bilhões. Tanto o número de inadimplentes quanto o valor de débitos são recordes da série iniciada em março de 2016, apontam dados da Serasa.

Entre janeiro de 2022 e janeiro de 2023, entraram na lista do calote 5,3 milhões de pessoas, o equivalente à população da Noruega. No período, a dívida total cresceu cerca de 24% (R\$ 62,6 bilhões), enquanto o valor médio por inadimplente avançou de R\$ 4.022 para R\$ 4.612.

Juros altos e renda corroída pela **inflação** elevada foram os gatilhos para o aumento do calote, adormecido no auge da pandemia por conta das postergações da quitação dos atrasos.

O aumento no número de inadimplentes começou a partir de setembro de 2021, quando a **inflação** acumulada em 12 meses atingiu 10,23%. Até aquele mês, eles eram por volta de 62 milhões, uma marca já elevada, com total de dívida de R\$ 245 bilhões. "A **inflação** fez um estrago gigantesco no orçamento das famílias, especialmente nas de baixa renda, o que gerou esse crescimento no número de brasileiros inadimplentes", afirma o economista-chefe da Serasa, Luiz Rabi.

Para esticar a renda e manter o padrão de consumo, as famílias buscaram o crédito mais fácil e mais caro, como cartão de crédito e cheque especial, mas a estratégia acabou não dando certo a médio prazo justamente porque a **inflação** não cedeu.

O cenário se agravou por causa da fraqueza do mercado de trabalho. Embora a ocupação tenha aumentado, o salário não teve ganhos reais.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Brasileiro troca almoço por salgado para economizar

Estudo da Consumer Insights mostra que o consumo de salgados subiu 4%. Milhões de brasileiros, depois da pandemia, trocaram o prato feito pelo salgado nas refeições fora de casa. Esse movimento foi detectado pela consultoria Kantar, que monitora o consumo fora de casa de alimentos e bebidas em sete regiões metropolitanas do País.

No ano passado, os brasileiros que vivem nessas regiões consumiram 170 milhões a mais de salgados prontos, como quibe, coxinha, pão de queijo, pastel, por exemplo, em relação a 2019, antes da pandemia. Em contrapartida, o consumo de refeições, com arroz, feijão, carne, por exemplo, diminuiu em 247 milhões de unidades na mesma base de comparação.

Para chegar ao número de unidades, que expurga o efeito da **inflação**, a consultoria monitorou diariamente, por meio de aplicativo, o consumo de alimentos e bebidas fora de casa de 4 mil adultos.

Eles representam o comportamento de 48 milhões de pessoas que vivem nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba e Porto Alegre.

Por outra métrica, o estudo da Consumer Insights mostra que os salgados prontos respondiam em 2019 por 11% do total de unidades de alimentos e bebidas consumidas fora de casa. Em 2022, essa fatia subiu para 15%. Em igual período, a participação das refeições encolheu de 7% para 4%.

"O salgado pronto ganhou tanto destaque que se tornou no ano passado o segundo alimento mais consumido fora de casa e o alimento salgado mais consumido", afirma Hudson Romano, gerente sênior de Consumo Fora do Lar e responsável pela pesquisa.

Aumento do consumo Em 2019, o salgado ocupava a quarta posição entre os alimentos mais consumidos fora de casa, mas subiu para a segunda colocação em 2022, passando à frente de sanduíches e pizzas, perdendo apenas para os snacks doces que continuaram na liderança nos dois períodos analisados. O salgado pronto e o salgadinho de pacote foram os únicos alimentos fora de casa cujo consumo aumentou no período, com alta de 18% e 4% nos volumes respectivamente. A quantidade consumida de refeições caiu 43%.

O motivo do recuo e da troca da refeição pelo salgado foi, segundo Romano, a **inflação**.

Enquanto o preço da refeição aumentou 21% entre 2019 e 2022, segundo pesquisa da consultoria, o valor do salgado teve alta de 10%.

"Como o salário médio não cresceu na mesma velocidade de outros custos da alimentação fora de casa, que foram muito fortes, o bolso ficou mais apertado", afirma o consultor. Uma das saídas foi deixar de comer pratos com a mesma frequência e colocar os salgados como opção. "Isso não quer dizer que o brasileiro tenha abandonado o restaurante.

Mas, se antes comia pratos (prontos) três vezes na semana, agora diminuiu para duas, porque o dinheiro não dá", explica

Site: <https://digital.dm.com.br/#!/view?e=20230310&p=1>

Brasil abre 83,3 mil vagas com carteira assinada

Dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, mostram a criação de 83.297 postos de trabalho com carteira assinada em janeiro deste ano. No mesmo mês do ano passado, tinham sido criados 155.178 postos de trabalho, nos dados sem ajuste, que não consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. A abertura de emprego formal caiu em janeiro de 2023, por causa da desaceleração econômica e pelo fechamento de vagas temporárias no comércio.

O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Apesar da desaceleração em relação a janeiro do ano passado, houve melhora em relação a dezembro, quando haviam sido fechados 440.669 postos.

Na divisão por ramos de atividade, quatro dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em janeiro. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 40.686 postos, seguido pela construção civil, com 38.965 postos a mais. Em terceiro lugar, vem a indústria (de transformação, de extração e de outros tipos) com a criação de 34.023 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou na agropecuária, com a abertura de 23.147 postos. Somente o comércio, pressionado pelo fechamento de vagas temporárias típico do início de ano, extinguiu empregos com carteira assinada no mês passado, com o fechamento de 53.524 vagas.

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de administração pública, defesa e **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais, com a abertura de 19.463 postos formais. A categoria de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas abriu 16.447 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 33.738 trabalhadores a mais do que demitiu.

Em segundo lugar, ficou a indústria extrativa, que abriu 341 vagas.

As estatísticas do Caged, apresentadas em 2020, não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Três das cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em janeiro. O Sul liderou a abertura de vagas, com 32.169 postos a mais, seguido pelo Centro-Oeste, beneficiado pela safra de grãos, com 27.352 postos. Em seguida, vem o Sudeste, com 18.778 postos.

O Nordeste fechou 133 postos de trabalho, e o Norte extinguiu 482 vagas formais no mês passado.

Site: https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-2d02d0250a7c8f9a83e43e017e7ab31b.pdf

Filhos de vítimas terão pensão

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei nº 976/22 que prevê o pagamento de pensão especial aos filhos e outros dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio. O valor da pensão foi fixado em um salário mínimo (R\$ 1.320 atualmente). O benefício será concedido ao conjunto dos filhos biológicos ou adotivos e dependentes cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou menor do que 25% do salário mínimo (R\$ 330). O projeto é de autoria das deputadas petistas Erika Kokay (PT-DF), Gleisi Hoffmann (PTPR), Benedita da Silva (PT-RJ), Luizianne Lins (PT-CE), Maria do Rosário (PT-RS), Natália Bonavides (PT-RN), Professora Rosa Neide (PT-MT) e Rejane Dias (PT-PI). A proposta aprovada pela Câmara, no entanto, foi o substitutivo apresentado pelo relator da matéria, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM). A norma estabelece, ainda, que a pensão não poderá ser acumulada com benefícios previdenciários recebidos do Regime Geral de **Previdência Social** ou dos Regimes Próprios de **Previdência Social**, nem com pensões ou benefícios do sistema de proteção social dos militares. Em caso de morte de um dos beneficiários, a cota deverá ser revertida aos demais. Caso o processo judicial não comprove o feminicídio, o benefício será encerrado.

Site: <https://flip.gazetadigital.com.br/pub/jornalagazeta/>

Câmara aprova pensão especial para filhos de vítimas de feminicídio

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem (9), o projeto de lei nº 976/ 22 que prevê o pagamento de pensão especial aos filhos e outros dependentes menores de 18 anos de mulheres vítimas de feminicídio. O valor da pensão foi fixado em um salário mínimo (R\$ 1.320 atualmente). O benefício será concedido ao conjunto dos filhos biológicos ou adotivos e dependentes cuja renda familiar mensal per capita seja igual ou menor do que 25% do salário mínimo (R\$ 330).

O projeto é de autoria das deputadas petistas Erika Kokay (PT-DF), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Benedita da Silva (PT-RJ), Luizianne Lins (PT-CE), Maria do Rosário (PT-RS), Natália Bona-vides (PT-RN), Professora Rosa Neide (PT-MT) e Rejane Dias (PT-PI). A proposta aprovada pela Câmara, no entanto, foi o substitutivo apresentado pelo relator da matéria, deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM).

Como será A norma estabelece, ainda, que a pensão não poderá ser acumulada com benefícios previdenciários recebidos do Regime Geral de **Previdência Social** ou dos Regimes Próprios de **Previdência Social**, nem com pensões ou benefícios do sistema de proteção social dos militares. Em caso de morte de um dos beneficiários, a cota deverá ser revertida aos demais.

Caso o processo judicial não comprove o feminicídio, o benefício será encerrado.

Segundo o relator da proposta, o impacto orçamentário e financeiro foi estimado em R\$ 10,52 milhões neste ano, R\$ 11,15 milhões em 2024 e R\$ 11,82 milhões em 2025. O texto segue agora para análise do Senado Federal.

Biden propõe mais tributação para bilionários

O presidente americano, Joe Biden, apresentou ontem uma proposta de orçamento que prevê uma redução do déficit de US\$ 3 trilhões (R\$ 15,43 trilhões) em 10 anos e tributa bilionários e grandes empresas.

A Casa Branca informou que Biden quer um imposto de 25% aos americanos mais ricos, enquanto os **tributos** cobrados às empresas aumentariam para 28%, revertendo um enorme corte de **impostos** promulgado pelo governo Trump em 2017.

O objetivo é conseguir uma redução do déficit federal de US\$ 3 trilhões durante a próxima década.

Os detalhes divulgados pela Casa Branca desafiam os republicanos, enquanto o presidente se prepara para anunciar se concorrerá à reeleição. Não consideram, porém, que os republicanos devem bloquear a maioria das propostas de Biden no Congresso, alegando que a solução para a dívida crescente dos EUA implica em cortar gastos e não em aumentar **impostos**.

No entanto, os republicanos estão sob pressão para explicar onde cortariam gastos. Já os democratas tentam se apresentar como o partido dos americanos comuns. O plano de Biden "investirá nos Estados Unidos, reduzirá custos e cortará **impostos** para famílias trabalhadoras", disse a Casa Branca.

Biden também propõe aumentar os **impostos** sobre aqueles que ganham mais de US\$ 400 mil (R\$ 2,05 milhões) por ano para garantir a solvência do Medicare, o sistema de seguro de saúde financiado pelo governo para pessoas com mais de 65 anos.

Segundo a Casa Branca, aumentar a contribuição do Medicare de 3,8% para 5% dos mais ricos garantiria a viabilidade do programa por mais de duas décadas. "Meu orçamento pedirá aos ricos que paguem sua parte justa para que milhões de trabalhadores que ajudaram a construir essa riqueza possam se aposentar", tuitou Biden.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/10/03/2023/p1>

Biden propõe elevar imposto dos mais ricos

Jim Tankersley

O presidente americano, Joe Biden, propôs na quinta-feira (9) um orçamento de US\$ 6,8 trilhões, que busca aumentar os gastos com as Forças Armadas e uma vasta gama de novos programas sociais.

Ao mesmo tempo, o plano prevê reduzir os futuros déficits orçamentários, desafiando os apelos dos republicanos pela redução do tamanho do governo, antes da campanha democrata de reeleição.

O orçamento incorpora cerca de US\$ 5 trilhões em propostas de aumento de **impostos** sobre os mais ricos e empresas, ao longo dos próximos dez anos, em boa parte para compensar novos gastos destinados a beneficiar a classe média e os mais pobres.

A proposta também procura reduzir os déficits orçamentários em quase US\$ 3 trilhões, ao longo desse período, em comparação com a trajetória atual.

O orçamento reafirma os argumentos de Biden de que ele será capaz de evitar que o crescente peso da dívida pese sobre a economia, ao mesmo tempo em que expande gastos e protege os programas de proteção aos mais pobres - tudo isso quase inteiramente bancado por aumentos de **impostos** sobre os mais ricos e as empresas.

"Este presidente claramente acredita que a forma de fazer crescer a economia é investir na classe média e nas famílias trabalhadoras", disse Shalanda Young, a diretora do serviço de orçamento da Casa Branca, a jornalistas, na quinta-feira. "Não importa quais sejam as circunstâncias, nosso plano sempre respeitará a responsabilidade fiscal".

Mas depois de reivindicar crédito por uma queda de US\$ 1,7 trilhão no déficit anual durante o ano passado, Biden agora está prevendo um novo aumento do déficit no ano fiscal de 2024, para US\$ 1,8 trilhão. O salto é maior do que o previsto por outros analistas, como o Serviço de Orçamento do Congresso. É impulsionado pelo aumento dos custos de serviço da dívida nacional, agora que o Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, está aumentando as taxas de juro para conter a **inflação**, e por novos programas que o presidente está propondo e cujos custos não serão inteiramente cobertos por aumentos de **impostos** em seu primeiro ano.

O plano inevitavelmente atrairia críticas imediata da parte dos republicanos, que estão empacados em um debate economicamente perigoso com Biden sobre o limite da dívida nacional, que os conservadores da Câmara se recusam a aumentar a menos que o presidente aceite cortes acentuados nas despesas. As propostas têm pouca probabilidade de aprovação porque os republicanos conquistaram o controle da Câmara em novembro.

Em vez disso, a proposta orçamentária de Biden é uma afirmação política de valores destinada a conquistar a opinião pública, em meio à briga quanto a expandir o limite da dívida e aos primeiros passos da campanha presidencial de 2024. Biden anunciaria a proposta em um discurso em Filadélfia na tarde de quinta-feira - a metrópole de um estado cujo controle político estará em disputa no ano que vem.

"O orçamento reflete os nossos valores como nação - uma nação de boas pessoas, crescendo em uma nova era de possibilidades, e se posicionando como um farol para o mundo", escreveu Biden na introdução do documento. "Vamos, juntos, colocar esses valores em prática e provar que a democracia dá resultado, à medida que continuamos a construir uma economia mais forte e mais justa, que não deixe pessoa alguma para trás".

As propostas demonstram o sucesso inicial de Biden na expansão do papel do governo federal na economia, e reafirmam a sua determinação de fazer mais. No relógio de Biden, os números mostram que os gastos internos em áreas como pesquisa e o apoio à indústria cresceram significativamente mais, como proporção da economia, do que foi previsto nas propostas orçamentárias do governo democrata anterior, o de Barack Obama, de quem Biden foi vice-presidente.

Nos seus dois primeiros anos como presidente, Biden assinou leis para expandir e reconstruir elementos essenciais da infraestrutura, como aquedutos e rodovias, reforçar a fabricação de semicondutores e outros bens de alta tecnologia nos Estados Unidos, e acelerar a transição dos combustíveis fósseis para fontes de energia com baixas emissões de poluentes, a fim de combater a mudança no clima. Ele prestou assistência militar à Ucrânia na sua guerra contra a Rússia e assinou uma lei bipartidária que ampliaria o atendimento médico federal para os veteranos das forças armadas expostos a queimaduras tóxicas.

Mas o presidente teve de deixar boa parte de sua agenda econômica inacabada, um fato refletido em seu orçamento, que renovou os apelos por programas que não foram aprovados quando seu partido controlava o Congresso.

O orçamento do presidente propôs US\$ 400 bilhões para a oferta de serviços infantis a preços acessíveis para as famílias, US\$ 150 bilhões para assistência em domicílio aos americanos mais idosos e deficientes e quase US\$ 400 bilhões tornar permanente a cobertura de saúde expandida oferecida pela Lei de Acesso à Saúde. Ele reservaria US\$ 325 bilhões para garantir licenças remuneradas aos trabalhadores e cerca de US\$ 300 bilhões combinados para bancar cursos superiores gratuitos e ensino pré-escolar gratuito. Ele propõe US\$ 100 bilhões em assistência adicional para reduzir os custos da habitação, para compradores e inquilinos de imóveis residenciais.

Biden restabeleceria por três anos adicionais o crédito fiscal expandido para as famílias com filhos pequenos, que era parte da lei de assistência econômica que ele assinou em 2021 mas expirou no ano passado, como forma de reduzir a pobreza infantil. Ele tornaria permanente uma mudança no crédito que permitiria às pessoas se beneficiarem dele na íntegra mesmo que não tenham rendimento suficiente para ficarem sujeitas ao imposto de renda federal. Em conjunto, as mudanças custariam mais de US\$ 400 bilhões.

Para ajudar a compensar os custos, Biden propôs uma série de aumentos de **impostos** sobre as empresas e os americanos mais ricos. Estes incluem um imposto de 25% dirigido aos bilionários (ele propôs um imposto semelhante no ano passado, mas a uma alíquota mais baixa: 20%). Propôs também quadruplicar o imposto sobre a recompra de ações e renovou o seu apelo pela redução nos cortes de **impostos** do Presidente Donald Trump em benefício das pessoas de renda alta, e para aumentar a alíquota do imposto de renda empresarial de 21% para 28%.

Biden propôs aumentar e expandir um imposto sobre os americanos com renda superior a US\$ 400 mil anuais, como parte dos esforços para manter o programa federal de saúde Medicare solvente por mais um quarto de século. Ele propõe também novos cortes de custos para o governo com base em uma negociação mais agressiva sobre os preços dos medicamentos vendidos sob receita.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50211&maxTouch=0>